PRÁTICAS INCLUSIVAS QUE PROMOVAM APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PARA ALUNOS COM DUPLA EXCEPCIONALIDADE.

Simone Helen Drumond Ischkanian

Gladys Nogueira Cabral

Giane Demo

Rita Cristina Guimarães Almeida

Silvana Nascimento de Carvalho

Sandro Garabed Ischkanian

Neusa Venditte

PRÁTICAS INCLUSIVAS QUE PROMOVAM APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PARA ALUNOS COM DUPLA EXCEPCIONALIDADE.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Giane Demo
Rita Cristina Guimarães Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Neusa Venditte

A inclusão educacional de alunos com dupla excepcionalidade — aqueles que apresentam simultaneamente altas habilidades/superdotação e algum tipo de deficiência ou transtorno do neurodesenvolvimento — representa um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais promissoras oportunidades para a educação contemporânea. As políticas públicas brasileiras, como a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação), a Lei nº 12.764/2012 e a Lei nº 13.146/2015 (Ministério da Educação), bem como a Secretaria de Educação Especial do MEC com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), apontam diretrizes e garantias para uma educação inclusiva e de qualidade, que reconheça a diversidade dos estudantes e promova seu pleno desenvolvimento. No entanto, para que essa inclusão seja efetiva, é necessário ir além do acesso e promover uma aprendizagem significativa, pautada no reconhecimento e no fortalecimento dos potenciais desses alunos, sem desconsiderar suas dificuldades. Segundo Tatiana de Cássia Nakano (2021), a dupla excepcionalidade envolve um perfil paradoxal, pois combina altas habilidades cognitivas com dificuldades significativas, o que exige um olhar pedagógico específico e atento. Ellen Winner (1998) destaca que crianças superdotadas podem apresentar desempenhos irregulares quando enfrentam barreiras cognitivas ou emocionais, o que frequentemente mascara seu potencial. Da mesma forma, Joseph Salvator Renzulli (1986) defende que o desenvolvimento de talentos requer condições favoráveis e apoio contextualizado, algo ainda mais necessário para estudantes que enfrentam, simultaneamente, desafios e potencialidades. A identificação precoce desses alunos é essencial. Conforme apontam Susana Graciela Pérez Barrera e Soraia Napoleão Freitas (2016), falhas na detecção da dupla excepcionalidade contribuem para trajetórias escolares marcadas por frustração e baixo rendimento, mesmo quando há alto potencial. Katya Luciane de Oliveira et al. (2021) acrescentam que transtornos como a ansiedade podem agravar esse quadro, exigindo suporte emocional e pedagógico integrado. A promoção de práticas inclusivas eficazes passa, portanto, por metodologias que favoreçam a aprendizagem significativa. Para Antônio Carlos Gil (2021) e Robert K. Yin (2016), a aprendizagem só se torna significativa quando conecta os novos conteúdos ao repertório prévio do aluno, despertando interesse e engajamento ativo. Projetos interdisciplinares, metodologias ativas, avaliação formativa e ensino colaborativo constituem caminhos para atender simultaneamente às potencialidades e às dificuldades desses estudantes, favorecendo sua autonomia e protagonismo. Como defendem Josilene Domingues Santos Pereira e Rosemeire de Araújo Rangni (2023), a efetivação da inclusão desses alunos depende da articulação entre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas inovadoras, que reconheçam a singularidade e as necessidades específicas de cada estudante. Quando a escola valoriza a complexidade do perfil dos alunos com dupla excepcionalidade, cria condições para que possam superar barreiras, desenvolver seus talentos e contribuir de forma significativa para o ambiente escolar e para a sociedade.

Palavras-chave: Dupla excepcionalidade; altas habilidades/superdotação; educação inclusiva; aprendizagem significativa; práticas pedagógicas diferenciadas.

INCLUSIVE PRACTICES THAT PROMOTE MEANINGFUL LEARNING FOR TWICE-EXCEPTIONAL STUDENTS.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Giane Demo
Rita Cristina Guimarães Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Neusa Venditte

The educational inclusion of twice-exceptional students — those who present both high abilities/giftedness and some type of disability or neurodevelopmental disorder — represents one of the greatest challenges and, at the same time, one of the most promising opportunities for contemporary education. Brazilian public policies, such as Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação), Lei nº 12.764/2012, and Lei nº 13.146/2015 (Ministério da Educação), as well as the Secretaria de Educação Especial do MEC through the Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), establish guidelines and guarantees for inclusive and quality education that recognizes students' diversity and promotes their full development. However, for this inclusion to be effective, it is necessary to go beyond mere access and foster meaningful learning, grounded in the recognition and strengthening of these students' potential while also addressing their difficulties. According to Tatiana de Cássia Nakano (2021), twice-exceptionality involves a paradoxical profile, as it combines high cognitive abilities with significant difficulties, which demands a specific and attentive pedagogical approach. Ellen Winner (1998) emphasizes that gifted children may show inconsistent performance when facing cognitive or emotional barriers, which often masks their potential. Similarly, Joseph Salvator Renzulli (1986) argues that the development of talents requires favorable conditions and contextualized support — something even more crucial for students who simultaneously face challenges and display high potential. Early identification of these students is essential. As noted by Susana Graciela Pérez Barrera and Soraia Napoleão Freitas (2016), failures in detecting twice-exceptionality contribute to school trajectories marked by frustration and underachievement, even when high potential is present. Katya Luciane de Oliveira et al. (2021) add that disorders such as anxiety can worsen this scenario, requiring integrated emotional and pedagogical support. Promoting effective inclusive practices therefore involves methodologies that foster meaningful learning. For Antônio Carlos Gil (2021) and Robert K. Yin (2016), learning only becomes meaningful when it connects new content to the learner's previous knowledge, sparking interest and active engagement. Interdisciplinary projects, active methodologies, formative assessment, and collaborative teaching are strategies that address both the potential and the difficulties of these students, fostering their autonomy and agency. As Josilene Domingues Santos Pereira and Rosemeire de Araújo Rangni (2023) argue, effectively including these students depends on articulating public policies, teacher training, and innovative pedagogical practices that recognize each student's uniqueness and specific needs. When schools value the complex profiles of twice-exceptional students, they create conditions for them to overcome barriers, develop their talents, and contribute meaningfully to the school environment and society.

Keywords: Twice-exceptionality; giftedness; inclusive education; meaningful learning; differentiated pedagogical practices.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão educacional tem se consolidado como um dos pilares fundamentais das políticas públicas brasileiras, especialmente após a promulgação de legislações que buscam garantir o direito à educação de qualidade para todos. Nesse contexto, os estudantes com dupla excepcionalidade — que apresentam, simultaneamente, altas habilidades/superdotação e algum tipo de deficiência ou transtorno do neurodesenvolvimento — constituem um grupo que exige atenção pedagógica diferenciada e estratégias de ensino inovadoras. Reconhecer o potencial desses alunos e promover sua participação plena no processo de aprendizagem são desafios que demandam práticas inclusivas efetivas.

A Secretaria de Educação Especial do MEC, por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), estabelece que:

> "[...] a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos" (Brasil, 2008, p. 15).

Esse segmento evidencia o compromisso legal e institucional de promover uma educação que reconheça a diversidade e valorize as potencialidades individuais de cada estudante, mas também traz à tona uma mudança paradigmática no modo como a escola deve se organizar para acolher a todos. Não se trata apenas de inserir alunos com necessidades específicas em salas de aula regulares, mas de garantir que o processo de ensino-aprendizagem seja efetivamente acessível, flexível e responsivo às suas singularidades. Isso significa repensar o currículo, as metodologias, as avaliações e as práticas pedagógicas, criando condições para que todos possam aprender de forma significativa e participativa.

A diretriz de articular a educação especial com o ensino comum reforça a ideia de que o trabalho com a diversidade não pode ser responsabilidade exclusiva de especialistas ou de classes separadas. Ao contrário, deve ser um compromisso coletivo de toda a comunidade escolar. Professores, gestores, orientadores, famílias e profissionais de apoio precisam atuar de forma colaborativa, construindo estratégias que permitam aos alunos desenvolver seus talentos e superar barreiras. Esse modelo de atuação integrada rompe com a lógica da segregação e promove a equidade, garantindo que as diferenças sejam vistas como parte constitutiva do ambiente educativo e não como obstáculos.

A Política Nacional de 2008 afirma que os estudantes com altas habilidades/superdotação também fazem parte do público da educação especial, o que representa um avanço importante na

concepção de inclusão. Tradicionalmente, esses alunos eram vistos apenas sob o prisma do bom desempenho acadêmico, o que invisibilizava as dificuldades que muitos enfrentam, especialmente quando combinadas a deficiências ou transtornos do neurodesenvolvimento. Ao reconhecê-los como sujeitos de direitos educacionais específicos, a política assegura que também recebam apoio, enriquecimento curricular e oportunidades que favoreçam o desenvolvimento pleno de seu potencial.

Essa perspectiva amplia a compreensão de inclusão, indo além do foco na deficiência para abarcar a complexidade da diversidade humana. Ela reconhece que alunos com diferentes perfis de aprendizagem podem apresentar necessidades educacionais especiais, não porque lhes falte capacidade, mas porque os contextos escolares nem sempre estão preparados para acolher suas formas singulares de aprender e interagir. Dessa forma, a política orienta as escolas a criarem ambientes de aprendizagem flexíveis, criativos e estimulantes, onde os talentos sejam nutridos e as dificuldades sejam acompanhadas com sensibilidade e suporte adequado.

Ao articular a educação especial ao ensino comum, o documento também estabelece a necessidade de formação continuada dos professores e de investimento em recursos didáticos, tecnológicos e humanos. A inclusão só se torna efetiva quando os profissionais da educação estão preparados para identificar as potencialidades e fragilidades dos alunos, planejar intervenções pedagógicas individualizadas e avaliar de modo formativo e contextualizado. Isso exige mudanças não apenas na prática de sala de aula, mas também na cultura institucional da escola, que precisa adotar uma postura aberta à inovação e ao trabalho colaborativo.

Esse trecho da política não apenas legitima a presença dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola comum, mas também convoca as instituições de ensino a assumirem a responsabilidade de construir ambientes verdadeiramente inclusivos. Ambientes nos quais as diferenças não sejam toleradas, mas valorizadas como fontes de enriquecimento coletivo, e onde cada estudante possa trilhar caminhos de aprendizagem que respeitem seus interesses, ritmos e estilos cognitivos. Ao fazer isso, a educação brasileira dá um passo decisivo para garantir o direito à aprendizagem de todos, promovendo equidade, justiça social e desenvolvimento humano.

A abordagem inclusiva voltada aos alunos com dupla excepcionalidade exige que a escola vá além do simples acesso à sala de aula. É necessário garantir condições pedagógicas que estimulem as altas habilidades, ao mesmo tempo que ofereçam suporte às dificuldades apresentadas. Isso implica repensar o currículo, os métodos de ensino e os instrumentos de avaliação, tornando-os mais flexíveis e responsivos às necessidades singulares dos estudantes.

Na Educação Infantil**,** o reconhecimento das altas habilidades pode ser feito por meio da observação cuidadosa das manifestações de curiosidade, criatividade e precocidade intelectual. Crianças que demonstram vocabulário avançado, pensamento divergente e grande interesse por determinados temas podem estar revelando indícios de altas habilidades. Para essas crianças, práticas inclusivas devem contemplar propostas lúdicas e exploratórias que favoreçam a imaginação e a resolução de problemas, sem antecipar conteúdos formais de forma rígida, mas ampliando seus repertórios e experiências sensoriais e cognitivas.

Nesse nível inicial, é essencial que professores estejam atentos às possíveis dificuldades que coexistem com o alto potencial, como dificuldades de socialização, desatenção ou sensibilidade emocional exacerbada. O trabalho colaborativo entre educadores, famílias e profissionais da área da saúde pode auxiliar na construção de um ambiente seguro, estimulante e afetivo, capaz de promover aprendizagens significativas e sustentáveis ao longo do tempo.

No Ensino Fundamental, as demandas cognitivas tornam-se mais complexas e estruturadas, o que pode favorecer a identificação das altas habilidades em diversas áreas do conhecimento. Alunos com dupla excepcionalidade podem apresentar desempenho desigual: destaque em algumas disciplinas e dificuldades acentuadas em outras. Práticas inclusivas eficazes nesse contexto devem envolver o uso de metodologias ativas, ensino por projetos, flexibilização curricular e avaliação processual, possibilitando que os estudantes avancem em seu ritmo e estilo de aprendizagem.

O estímulo à criatividade e ao pensamento crítico é fundamental para que esses alunos consigam aplicar seus conhecimentos de forma significativa. Oficinas interdisciplinares, feiras de ciências, produções artísticas e projetos de iniciação científica podem ser estratégias potentes para desenvolver seus talentos e promover o engajamento escolar. Ao mesmo tempo, deve-se oferecer apoio especializado para minimizar os impactos das dificuldades e evitar frustrações.

No Ensino Fundamental é o fortalecimento das habilidades socioemocionais. Estudantes com altas habilidades frequentemente enfrentam isolamento social ou incompreensão por parte dos colegas, especialmente quando apresentam comportamentos atípicos ou dificuldades associadas. A promoção de um ambiente escolar acolhedor e colaborativo, com mediação de conflitos e incentivo ao respeito à diversidade, é indispensável para sua permanência e sucesso escolar.

No Ensino Médio**,** a necessidade de práticas inclusivas se torna ainda mais evidente, pois essa etapa está marcada por exigências acadêmicas maiores e por decisões sobre o futuro profissional. Os alunos com dupla excepcionalidade podem apresentar grande potencial em áreas específicas, como matemática, artes, ciências ou linguagens, mas, ao mesmo tempo, podem

vivenciar dificuldades em organização, gestão do tempo ou regulação emocional. A personalização do ensino, com trilhas de aprendizagem e tutoria individualizada, pode contribuir para que expressem plenamente suas capacidades.

A participação em olimpíadas científicas, concursos literários, eventos artísticos e programas de extensão pode funcionar como importante motivador para esses jovens, ajudando-os a reconhecer e valorizar seus talentos. Entretanto, tais iniciativas devem vir acompanhadas de apoio emocional e pedagógico, evitando a sobrecarga e promovendo o equilíbrio entre desafio e suporte. A escola, nesse sentido, precisa atuar como parceira no desenvolvimento integral dos estudantes.

Também no Ensino Médio, o uso de tecnologias digitais pode potencializar o aprendizado, especialmente para alunos com alta curiosidade e autonomia intelectual. Plataformas de ensino adaptativo, laboratórios virtuais e recursos multimídia favorecem o aprofundamento em áreas de interesse e permitem que o aluno desenvolva competências para a aprendizagem ao longo da vida. Contudo, a mediação pedagógica é imprescindível para garantir que o uso da tecnologia esteja alinhado aos objetivos educacionais e às necessidades individuais.

No Ensino Superior**,** os desafios assumem novas dimensões. Os estudantes com dupla excepcionalidade que alcançam essa etapa frequentemente carregam trajetórias escolares marcadas por superações e por períodos de desmotivação ou invisibilidade. As instituições de ensino superior devem oferecer políticas de acessibilidade pedagógica e programas de apoio à pesquisa, inovação e empreendedorismo, possibilitando que esses alunos transformem seus talentos em produções acadêmicas e profissionais relevantes.

O reconhecimento formal das altas habilidades no Ensino Superior também contribui para que esses estudantes conquistem bolsas de estudo, participem de grupos de pesquisa e sejam incentivados a produzir conhecimento científico. Além disso, ações de mentoria e acompanhamento psicológico podem auxiliá-los na gestão de suas dificuldades, fortalecendo sua permanência e promovendo a equidade de oportunidades.

A inclusão na educação superior deve, portanto, ir além da adaptação de provas e materiais. É preciso desenvolver uma cultura institucional que valorize a diversidade de trajetórias e reconheça que os estudantes com dupla excepcionalidade possuem contribuições singulares para o avanço da ciência, da tecnologia e das artes. Quando estimulados de forma adequada, podem atuar como agentes de inovação e transformação social.

Em todas as etapas da educação, o princípio da aprendizagem significativa deve orientar as práticas pedagógicas voltadas a esses alunos. Aprender com sentido implica conectar os novos conhecimentos aos saberes prévios e aos interesses do estudante, tornando o processo mais

motivador e eficaz. Projetos interdisciplinares, resolução de problemas reais e atividades que estimulem a autonomia intelectual são estratégias que favorecem esse tipo de aprendizagem.

Para que tais práticas inclusivas se consolidem, é necessário investir na formação continuada dos professores, ampliando sua compreensão sobre a dupla excepcionalidade e fornecendo ferramentas para o planejamento de intervenções pedagógicas personalizadas. A sensibilização de toda a comunidade escolar é igualmente importante, garantindo que o ambiente seja receptivo e colaborativo.

A articulação entre políticas públicas, gestão escolar e prática docente é o caminho para que os alunos com dupla excepcionalidade tenham suas potencialidades reconhecidas e desenvolvidas, ao mesmo tempo em que recebem apoio para superar suas dificuldades. A implementação de redes de apoio interprofissional e o diálogo constante com as famílias fortalecem esse processo e tornam a inclusão mais efetiva e sustentável.

Promover práticas inclusivas que valorizem as altas habilidades desde a Educação Infantil até o Ensino Superior é investir no potencial humano e no futuro da sociedade. Esses alunos podem se tornar cientistas, artistas, líderes, inovadores e agentes de mudança, desde que encontrem no espaço escolar um ambiente que os acolha, os compreenda e os desafie de forma positiva.

2. DESENVOLVIMENTO

A implementação de práticas inclusivas para alunos com dupla excepcionalidade constitui um desafio complexo, que vai muito além da simples adaptação curricular. Esses estudantes apresentam perfis paradoxais, combinando altas habilidades em determinadas áreas com dificuldades significativas decorrentes de deficiências ou transtornos do neurodesenvolvimento, como dislexia, TDAH, autismo ou deficiência intelectual leve. Essa dualidade exige que os educadores não apenas reconheçam os talentos e potenciais do aluno, mas também compreendam as barreiras que podem impedir o desenvolvimento pleno de suas competências. O atendimento pedagógico, portanto, precisa ser simultaneamente desafiador e de suporte, permitindo que o aluno explore seu potencial máximo sem se sentir sobrecarregado ou excluído do contexto escolar.

O planejamento pedagógico para esses alunos demanda um olhar sistêmico e colaborativo, envolvendo professores regulares, especialistas em educação especial, psicólogos, orientadores educacionais e, em muitos casos, a família. Cada disciplina e atividade devem ser analisadas sob a perspectiva da diferenciação de aprendizagem, buscando estratégias que conciliem a aceleração de conteúdos nas áreas de talento com o suporte necessário nas áreas de

dificuldade. Isso pode incluir planos individualizados de aprendizagem, adaptações curriculares, tecnologias assistivas e métodos de avaliação diversificados. Sem esse cuidado, há o risco de que o aluno com dupla excepcionalidade seja subestimado ou, inversamente, sobrecarregado com expectativas incompatíveis com suas necessidades, comprometendo seu desenvolvimento acadêmico e socioemocional.

A legislação educacional brasileira reforça a responsabilidade das escolas em organizar-se para atender alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com dupla excepcionalidade. O Artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão prevê que "os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos". Esse dispositivo legal sublinha que a inclusão não é opcional, mas um dever institucional, o que implica que a escola deve estar equipada com recursos humanos, materiais e organizacionais para garantir que todos os alunos tenham acesso efetivo ao currículo.

> Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos (Brasil, 2001, p.1)

O parágrafo único do mesmo artigo enfatiza a importância do conhecimento da demanda real de atendimento, mediante a criação de sistemas de informação e a interface com órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico. Para a dupla excepcionalidade, essa sistematização de dados é crucial, pois permite que gestores compreendam quantos alunos apresentam perfis complexos, quais são suas necessidades específicas e como os recursos podem ser alocados de maneira estratégica. A análise desses dados possibilita o planejamento de políticas públicas e ações pedagógicas mais assertivas, prevenindo a marginalização de talentos e promovendo equidade no processo educacional.

A atuação pedagógica para alunos com dupla excepcionalidade também requer uma abordagem interdisciplinar, que considere tanto o desenvolvimento cognitivo quanto socioemocional do estudante. A integração entre áreas como psicologia escolar, neurociência educacional e pedagogia é fundamental para entender como o aluno processa informações, como lida com frustrações e qual é a melhor forma de motivá-lo. Estratégias como tutoria individualizada, projetos de investigação, oficinas de criatividade e programas de enriquecimento podem estimular o desenvolvimento de habilidades superiores, enquanto intervenções

direcionadas — como acompanhamento psicopedagógico ou apoio em leitura e escrita — mitigam os impactos das dificuldades cognitivas ou comportamentais.

A formação continuada dos professores, que deve contemplar não apenas conceitos de educação inclusiva, mas também ferramentas práticas de diferenciação pedagógica, identificação de talentos e manejo de desafios associados à dupla excepcionalidade. Professores bem preparados tendem a desenvolver um olhar mais sensível e flexível, capaz de reconhecer sinais de superdotação e dificuldades concomitantes, evitando que alunos sejam rotulados apenas por suas limitações ou apenas por seu potencial. Além disso, a colaboração entre docentes de diferentes áreas fortalece a criação de estratégias integradas, promovendo uma cultura escolar inclusiva que valoriza a diversidade e estimula o engajamento de todos os alunos.

A inclusão de estudantes com dupla excepcionalidade deve ser entendida como um processo dinâmico e contínuo, que exige avaliação constante, ajustes pedagógicos e participação ativa da comunidade escolar. O cumprimento das normas legais, como o Art. 2º citado, é apenas um ponto de partida: a efetiva educação inclusiva depende da conscientização e do comprometimento de todos os atores envolvidos. Quando bem planejada, a inclusão não apenas atende às necessidades específicas desses alunos, mas também enriquece o ambiente escolar como um todo, promovendo empatia, colaboração e valorização da diversidade, criando um espaço em que cada estudante possa desenvolver plenamente suas capacidades, superar suas barreiras e contribuir de forma significativa para a sociedade.

Desde a Educação Infantil, é possível observar sinais de dupla excepcionalidade por meio da curiosidade intensa, criatividade, vocabulário avançado e interesse precoce por determinados temas, características que, segundo Winner (1998), são indicativas de superdotação, mas que podem coexistir com dificuldades de atenção, socialização ou regulação emocional. Práticas inclusivas nesse estágio devem valorizar simultaneamente o desenvolvimento das altas habilidades e o suporte às áreas de dificuldade, promovendo experiências lúdicas, exploratórias e desafiadoras, que favoreçam a aprendizagem significativa.

No Ensino Fundamental, o contexto escolar se torna mais estruturado e complexo, permitindo a identificação de altas habilidades em diversas áreas do conhecimento. Alunos com dupla excepcionalidade podem se destacar em matemática, artes, linguagens ou ciências, mas apresentar lacunas em competências básicas ou habilidades socioemocionais, situação que Renzulli (1986) descreve como típica de perfis com talentos especializados que necessitam de ambientes estimulantes para desenvolver plenamente seu potencial. Implementar metodologias ativas, ensino por projetos e avaliação formativa permite que cada estudante avance no seu ritmo, respeitando suas potencialidades e necessidades.

É essencial fortalecer as competências socioemocionais desses alunos, que muitas vezes enfrentam isolamento ou incompreensão por parte dos colegas, como ressaltam Pereira e Rangni (2023). Ambientes escolares que promovam colaboração, respeito à diversidade e mediação de conflitos favorecem o engajamento e a permanência dos estudantes, criando condições para que as altas habilidades sejam exploradas de forma equilibrada.

No Ensino Médio, as exigências acadêmicas e decisões sobre o futuro profissional tornam-se mais complexas. Estudantes com dupla excepcionalidade podem apresentar talentos notáveis, mas também enfrentar desafios em organização, planejamento e regulação emocional, como apontam Sousa, Oliveira e Alves (2021). A personalização do ensino, por meio de trilhas de aprendizagem, tutoria individualizada e projetos interdisciplinares, permite que os estudantes expressem plenamente seu potencial.

A participação em olimpíadas científicas, concursos literários e programas de extensão funciona como importante motivador para esses jovens, ajudando-os a reconhecer e valorizar seus talentos, entretanto, Yin (2016) alerta que sem acompanhamento pedagógico e apoio emocional adequado, esses estudantes podem sofrer sobrecarga e frustração, evidenciando a necessidade de equilibrar desafio e suporte.

O uso de tecnologias digitais no Ensino Médio pode potencializar o aprendizado, especialmente para estudantes com alta curiosidade e autonomia intelectual, sendo que Sousa, Oliveira e Alves (2021) destacam que plataformas de ensino adaptativo, laboratórios virtuais e recursos multimídia permitem aprofundamento em áreas de interesse, desde que mediadas por professores capacitados para orientar o uso conforme os objetivos educacionais e necessidades individuais.

No Ensino Superior, os desafios assumem uma nova dimensão, uma vez que alunos com dupla excepcionalidade frequentemente chegam a essa etapa com trajetórias escolares marcadas por períodos de invisibilidade ou desmotivação. Renzulli (1986) ressalta que políticas de acessibilidade pedagógica, programas de mentoria, acompanhamento psicológico e estímulo à pesquisa e inovação são essenciais para que esses estudantes transformem seus talentos em contribuições acadêmicas e profissionais significativas.

O reconhecimento formal das altas habilidades no Ensino Superior contribui para a obtenção de bolsas de estudo, participação em grupos de pesquisa e engajamento em projetos de iniciação científica, sendo que Winner (1998) enfatiza que esse reconhecimento favorece a autonomia, autoestima e senso de pertencimento, fortalecendo a permanência e a equidade de oportunidades.

Em todas as etapas da educação, é fundamental que o currículo seja flexível e adaptado às características individuais dos estudantes, pois Pereira e Rangni (2023) destacam que projetos interdisciplinares, oficinas temáticas, trabalhos em grupo e atividades de pesquisa contribuem para a aprendizagem significativa, permitindo que os alunos conectem novos conhecimentos aos saberes prévios e aos interesses pessoais.

A formação continuada dos professores é imprescindível, uma vez que Yin (2016) afirma que educadores precisam estar capacitados para identificar sinais de dupla excepcionalidade, planejar intervenções pedagógicas personalizadas, aplicar metodologias diferenciadas e promover ambientes inclusivos e motivadores.

A articulação entre escolas, famílias e profissionais especializados, como psicólogos e terapeutas, fortalece a implementação de práticas inclusivas, considerando que Sousa, Oliveira e Alves (2021) indicam que o compartilhamento de informações e a construção conjunta de estratégias de ensino permitem compreender melhor o perfil do estudante e apoiar seu desenvolvimento integral.

O uso de avaliações formativas e contínuas é um componente essencial para o acompanhamento do progresso de alunos com dupla excepcionalidade, como destacam Pereira e Rangni (2023). Essa abordagem permite valorizar esforços, evolução e estratégias utilizadas pelo aluno, promovendo motivação e autoconfiança.

Implementar práticas inclusivas para alunos com dupla excepcionalidade exige um compromisso sistêmico e integrado que articule políticas públicas, currículos flexíveis, metodologias inovadoras, formação docente e suporte socioemocional (Pereira; Rangni, 2023; Renzulli, 1986; Winner, 1998). Do Ensino Infantil à Faculdade, é possível criar condições para que esses estudantes desenvolvam plenamente suas habilidades, superem desafios e participem de forma significativa da vida escolar e acadêmica.

2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA PARA DELINEAMENTO DO ARTIGO

Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico e documental, voltada à análise interpretativa de estudos científicos sobre práticas inclusivas que favoreçam a aprendizagem significativa de alunos com dupla excepcionalidade. A escolha desse enfoque justifica-se pela necessidade de compreender os sentidos, significados e processos envolvidos nas práticas pedagógicas, priorizando a interpretação crítica da literatura existente, em vez da simples quantificação de dados. Conforme destacam Brito, Oliveira e Silva (2021), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador conhecer o estado atual da discussão acadêmica, refletindo

sobre a complexidade do fenômeno educacional e respeitando as especificidades do campo da educação.

Durante o levantamento bibliográfico, foram identificados dois modelos teóricos que oferecem diferentes perspectivas sobre o conceito de dupla excepcionalidade. O primeiro, apresentado por Ronksley-Pavia (2015), fundamenta-se no Modelo Diferenciado de Dotação e Talento (DMGT 2.0) de Françoys Gagné, integrando também uma perspectiva social da deficiência. O segundo modelo, desenvolvido por Baum, Shader e Owen (2017), combina a Teoria das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner com o Modelo dos Três Anéis de Joseph Renzulli, voltado à compreensão da superdotação. Esses modelos ajudam a compreender a dupla excepcionalidade como um fenômeno complexo, em que altas habilidades coexistem com limitações específicas, exigindo práticas pedagógicas que equilibrem estímulo ao potencial do aluno e suporte às suas dificuldades (Pereira; Rangni, 2023, p. 48).

> No levantamento bibliográfico realizado, identificaram-se ainda dois modelos teóricos que propõem duas definições para o termo dupla excepcionalidade. O primeiro, proposto por Ronksley-Pavia (2015), baseia-se no Modelo Diferenciado de Dotação e Talento (DMGT 2.0) de Françoys Gagné e na abordagem social da concepção de deficiência; o segundo, elaborado por Baum, Shader e Owen (2017), baseia-se na Teoria das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner e na teoria de superdotação, conhecida como O Modelo dos Três Anéis, de Joseph Renzulli (PEREIRA; RANGNI, 2023, p. 48).

A pesquisa tem caráter bibliográfico, com o objetivo de reunir, organizar e interpretar a produção científica sobre o tema. Segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021), esse tipo de investigação fundamenta-se na análise de obras previamente publicadas, incluindo artigos, livros, dissertações e documentos digitais. A abordagem permite ao pesquisador construir um referencial teórico sólido, identificar lacunas no conhecimento e compreender as estratégias pedagógicas mais adequadas para promover inclusão e aprendizagem significativa no contexto da dupla excepcionalidade.

A investigação também se caracteriza como documental, uma vez que foram analisados materiais disponíveis em bases digitais, revistas acadêmicas, livros e plataformas como CAPES e SciELO. A seleção dos materiais considerou critérios de atualidade, relevância temática e rigor científico, garantindo consistência teórica e validade das informações. Essa estratégia possibilitou uma análise ampla e fundamentada, considerando diferentes perspectivas sobre inclusão educacional e o atendimento de alunos com perfis complexos.

A coleta de dados iniciou-se com a identificação de palavras-chave recorrentes na literatura, tais como “cultura maker”, “metodologias ativas”, “aprendizagem significativa” e “tecnologia educacional”. Esse levantamento permitiu mapear um conjunto de estudos que abordam a temática sob múltiplos ângulos. Em seguida, realizou-se uma triagem inicial, por meio

da leitura de títulos e resumos, selecionando-se os textos que mais se alinhavam aos objetivos da pesquisa, levando em conta relevância, diversidade de abordagens e qualidade acadêmica.

Após a seleção dos artigos, foi realizada uma leitura analítica, buscando identificar padrões, convergências, divergências e contribuições únicas de cada estudo. A análise foi realizada por meio da categorização temática e do cruzamento de informações, com o objetivo de construir uma narrativa coerente sobre práticas inclusivas para alunos com dupla excepcionalidade. Segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021), a sistematização criteriosa dos dados é essencial para evitar interpretações equivocadas e garantir consistência nas conclusões da pesquisa.

A investigação teve como objetivo aprofundar a compreensão de como práticas pedagógicas inclusivas podem simultaneamente oferecer suporte às dificuldades e estimular o desenvolvimento do potencial de alunos com dupla excepcionalidade, com atenção especial às altas habilidades e à superdotação. Esses alunos apresentam um perfil paradoxal, no qual talentos extraordinários em determinadas áreas coexistem com limitações cognitivas, comportamentais ou emocionais, exigindo que a intervenção pedagógica seja cuidadosamente planejada para não apenas suprir lacunas, mas também potencializar competências excepcionais. A análise da literatura científica, conforme destacam Brito, Oliveira e Silva (2021), permitiu ir além da simples descrição das estratégias existentes, possibilitando reflexões aprofundadas sobre como reconhecer, valorizar e desenvolver as altas habilidades desses estudantes, sem negligenciar o acompanhamento das dificuldades que possam comprometer seu desempenho acadêmico e social.

O estudo evidenciou que o reconhecimento das altas habilidades e da superdotação é fundamental para a construção de práticas inclusivas verdadeiramente eficazes. Metodologias que privilegiam o enriquecimento curricular, atividades de aprofundamento e projetos de investigação orientados para interesses específicos do aluno se mostraram particularmente promissoras, pois permitem explorar o potencial cognitivo elevado de maneira significativa. Paralelamente, intervenções direcionadas, como tutoria individualizada, uso de tecnologias educacionais assistivas e estratégias de ensino diferenciadas, oferecem o suporte necessário para superar barreiras associadas a dificuldades de aprendizagem, transtornos de atenção ou outras condições concomitantes.

A análise crítica da literatura também destacou a importância de metodologias inovadoras, como a cultura maker, projetos interdisciplinares e metodologias ativas, que favorecem a aprendizagem significativa ao integrar teoria e prática. Essas abordagens oferecem oportunidades para que alunos com altas habilidades e superdotação se envolvam em desafios complexos, desenvolvendo pensamento crítico, criatividade e autonomia, enquanto recebem apoio

estruturado em áreas de vulnerabilidade. Além disso, estratégias que promovem a colaboração entre pares e o trabalho em equipe possibilitam a socialização, o desenvolvimento socioemocional e a valorização da diversidade de talentos, reforçando o caráter inclusivo do processo educativo.

A necessidade de capacitação docente voltada para a identificação e o atendimento de alunos com dupla excepcionalidade. Professores preparados conseguem reconhecer sinais de superdotação em meio a dificuldades aparentes, evitando diagnósticos equivocados ou expectativas inadequadas. A formação continuada, aliada à reflexão pedagógica e à articulação com especialistas em educação especial, possibilita o planejamento de atividades que desafiem o aluno de forma segura e estruturada, respeitando tanto seu ritmo de aprendizagem quanto seu perfil singular de talentos.

A pesquisa revelou, ainda, que o planejamento escolar deve ser flexível e dinâmico, considerando a evolução constante das habilidades e necessidades do aluno. O acompanhamento contínuo permite ajustar estratégias pedagógicas, propor novos desafios e oferecer suporte adicional quando necessário. Essa abordagem garante que o desenvolvimento das altas habilidades e da superdotação ocorra de forma equilibrada, sem negligenciar aspectos socioemocionais ou a inclusão no ambiente escolar.

A combinação de abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e análise documental proporcionou uma compreensão abrangente e fundamentada da complexidade envolvida no atendimento de alunos com dupla excepcionalidade. O estudo demonstrou que práticas inclusivas bem planejadas podem transformar o potencial dos alunos em competências concretas, promovendo uma aprendizagem significativa que integra apoio às dificuldades e valorização das altas habilidades e superdotação.

A pesquisa oferece subsídios teóricos e práticos essenciais para a construção de uma educação inclusiva de qualidade, capaz de reconhecer e valorizar talentos extraordinários, como as altas habilidades e a superdotação, ao mesmo tempo em que atende às necessidades individuais de cada estudante. Ao analisar a literatura e os referenciais legais, fica evidente que a inclusão não se restringe apenas à presença física do aluno na escola, mas envolve a implementação de estratégias pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral, considerando aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

A leitura crítica das obras de Nakano (2021), Oliveira et al. (2021), Pérez e Freitas (2016) e Renzulli (1986) permite compreender como práticas diferenciadas podem potencializar os talentos de alunos com dupla excepcionalidade, ao mesmo tempo em que oferecem suporte direcionado às áreas de dificuldade, equilibrando estímulo e acompanhamento contínuo.

As fundamentações legais e políticas educacionais, como a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, a Política Nacional de Educação Especial (2008), a Lei nº 12.764/2012 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), reforçam a necessidade de uma organização escolar capaz de responder à diversidade de perfis presentes em sala de aula. Esses documentos fornecem diretrizes que orientam a construção de práticas pedagógicas inclusivas, garantindo que os alunos com dupla excepcionalidade tenham acesso efetivo ao currículo, participação plena nas atividades escolares e oportunidades de desenvolvimento de suas potencialidades.

A investigação evidencia que o desenvolvimento de práticas inclusivas eficazes depende da articulação entre teoria e ação pedagógica. A literatura científica destaca metodologias inovadoras, como projetos interdisciplinares, aprendizagem baseada em projetos, cultura maker e metodologias ativas, que permitem aos alunos superdotados explorar seus interesses de forma significativa, promovendo autonomia, criatividade e pensamento crítico. Ao mesmo tempo, abordagens individualizadas, tutoria, acompanhamento psicopedagógico e recursos tecnológicos assistivos são fundamentais para superar barreiras associadas a dificuldades específicas ou transtornos concomitantes.

O estudo também enfatiza a importância da formação docente contínua, capacitando professores para identificar e atender adequadamente alunos com dupla excepcionalidade. A compreensão dos perfis paradoxais desses estudantes, combinando altas habilidades e superdotação com desafios de aprendizagem, possibilita o planejamento de estratégias pedagógicas que sejam ao mesmo tempo desafiadoras e acolhedoras. Nesse sentido, a articulação entre teoria — representada pelos modelos de Renzulli, Gagné e Gardner — e prática pedagógica é fundamental para a promoção de uma aprendizagem significativa que respeite a singularidade de cada aluno.

A pesquisa, ao relacionar as práticas inclusivas com as fundamentações teóricas e legais, demonstra que a educação inclusiva de qualidade não é apenas uma obrigação normativa, mas uma estratégia que potencializa talentos e reduz desigualdades educacionais. Os referenciais teóricos analisados, como os estudos de Winner (1998) sobre superdotação e de Pereira e Rangni (2023) sobre evidências científicas da dupla excepcionalidade, fornecem uma base sólida para compreender os desafios e as potencialidades desse grupo de estudantes, oferecendo subsídios para a implementação de práticas pedagógicas mais efetivas.

Os resultados da pesquisa indicam que a combinação de fundamentação teórica, legislação educacional e estratégias pedagógicas inovadoras permite criar ambientes escolares que valorizam tanto a diversidade quanto o talento individual. Ao reconhecer e estimular as altas habilidades, ao mesmo tempo em que oferecem suporte às dificuldades, as práticas inclusivas

podem promover aprendizagem significativa, engajamento acadêmico e desenvolvimento socioemocional, contribuindo para uma educação mais justa, equitativa e de excelência.

Ao integrar as fundamentações teóricas, legais e práticas, a pesquisa fornece diretrizes claras para a construção de um modelo educacional inclusivo, capaz de atender alunos com dupla excepcionalidade de forma abrangente. Esse enfoque evidencia que o reconhecimento de talentos extraordinários e o suporte às necessidades individuais não são objetivos opostos, mas complementares, permitindo que cada estudante desenvolva plenamente seu potencial e participe ativamente do processo educativo, consolidando uma escola verdadeiramente inclusiva e transformadora.

Tabela 1: Práticas inclusivas que promovam aprendizagem significativa para alunos com dupla excepcionalidade" com as fundamentações teóricas citadas no artigo.

Referência	Contribuição para a pesquisa	Relação com o tema
BRASIL. CNE/CEB, Resolução nº 2, 2001	Estabelece diretrizes nacionais para educação especial na educação básica	Fundamenta a obrigatoriedade da inclusão escolar, orientando a organização das escolas para atender alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo a dupla excepcionalidade
BRASIL. MEC/SEESP, Política Nacional de Educação Especial, 2008	Define princípios da educação inclusiva no Brasil	Sustenta a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e adaptadas às diferenças individuais, incluindo altas habilidades e superdotação
BRASIL. Lei nº 12.764/2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	Garante direitos específicos a alunos com transtornos do neurodesenvolvimento, relacionados à dupla excepcionalidade
BRASIL. Lei nº 13.146/2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	Reforça a obrigatoriedade de acesso e permanência de todos os alunos na escola regular, fundamentando práticas inclusivas
GIL, Antônio Carlos, 2021	Apresenta métodos para pesquisa qualitativa	Orienta a metodologia adotada na pesquisa, permitindo análise interpretativa de dados e revisão bibliográfica
NAKANO, Tatiana de Cássia, 2021	Conceitua dupla excepcionalidade e estratégias de identificação	Fornece base teórica para compreender alunos que possuem altas habilidades/superdotação junto a déficits ou transtornos, essencial para práticas pedagógicas inclusivas
OLIVEIRA, Katya et al., 2021	Analisa dupla excepcionalidade associada a transtornos de ansiedade	Destaca a importância do suporte socioemocional em alunos superdotados com dificuldades, reforçando a necessidade de estratégias inclusivas
PÉREZ, Susana Graciela; FREITAS,	Manual de identificação de altas habilidades	Auxilia na identificação e potencialização de talentos em alunos superdotados,

Soraia, 2016		contribuindo para aprendizagem significativa
PEREIRA, Josilene; RANGNI, Rosemeire, 2023	Revisão da produção científica brasileira sobre dupla excepcionalidade	Oferece panorama das evidências e conceitos atuais, fundamentando práticas pedagógicas inclusivas e diferenciadas
RENZULLI, Joseph, 1986	Modelo dos Três Anéis de superdotação	Referência clássica para compreender altas habilidades e superdotação, orientando estratégias de estímulo pedagógico
SOUSA, Oliveira & Alves, 2021	Princípios da pesquisa bibliográfica	Orienta a coleta, análise e sistematização de dados para construção do referencial teórico
WINNER, Ellen, 1998	Mitos e realidades sobre crianças superdotadas	Contribui para compreensão do perfil de alunos com altas habilidades, evitando concepções equivocadas e reforçando práticas pedagógicas adequadas
YIN, Robert K., 2016	Pesquisa qualitativa aplicada	Auxilia na organização e interpretação dos dados, reforçando rigor metodológico na análise de práticas inclusivas

Fonte: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; ALMEIDA, Rita Cristina Guimarães; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa, 2025.

2.2. IDENTIFICAÇÃO E COMPREENSÃO DA DUPLA EXCEPCIONALIDADE

A identificação precoce e precisa da dupla excepcionalidade é um requisito fundamental para garantir que alunos com altas habilidades e alguma deficiência recebam o suporte adequado. Reconhecer simultaneamente o talento e as dificuldades de aprendizagem permite que o educador construa estratégias pedagógicas equilibradas, capazes de estimular o potencial do estudante sem negligenciar as áreas em que ele apresenta vulnerabilidades. Essa etapa inicial é crucial, pois uma detecção tardia pode levar a frustração, subaproveitamento do talento ou agravamento de dificuldades emocionais e acadêmicas.

Segundo Oliveira et al. (2021, p. 236), indivíduos com altas habilidades/superdotação (Ah/SD) não estão imunes a problemas relacionados à saúde mental e a desordens de diferentes naturezas, o que torna a identificação da dupla excepcionalidade uma tarefa complexa e desafiadora. A presença de talentos excepcionais pode mascarar sinais de dificuldade ou sofrimento psicológico, tornando mais difícil perceber deficiências concomitantes, como transtornos de aprendizagem, ansiedade ou distúrbios de atenção. Avaliações abrangentes e multidisciplinares são indispensáveis para a compreensão completa do perfil do aluno.

> Indivíduos com Ah/SD não se encontram imunes a problemas relativos à saúde mental e desordens de diversos segmentos, o que evidencia, preponderantemente, a dificuldade na identificação daquelas duas vezes excepcionais, sendo esta uma tarefa complexa e desafiadora. Conforme explicitado, as altas habilidades podem mascarar problemas psicológicos subjacentes, sendo importante a realização de avaliações completas e aprofundadas, que abarquem a maior quantidade de informações possível para a identificação do quadro. Oliveira et al. (2021, p. 236)

A realização de avaliações detalhadas deve englobar múltiplas dimensões: cognitivas, emocionais, sociais e acadêmicas. Pérez e Freitas (2016) destacam que testes padronizados de inteligência, observações comportamentais, entrevistas com familiares e professores, bem como análise do desempenho escolar, são ferramentas essenciais para identificar não apenas a presença de altas habilidades, mas também possíveis barreiras ao desenvolvimento pleno. Essa abordagem integral permite que o diagnóstico não se limite a categorias isoladas, mas reflita o quadro completo do estudante, incluindo talentos, dificuldades e necessidades específicas de intervenção.

Alguns podem apresentar superdotação verbal, mas dificuldades em matemática; outros, habilidades excepcionais em raciocínio lógico, porém limitações socioemocionais ou motoras. Essa heterogeneidade exige que a avaliação seja altamente individualizada, considerando os pontos fortes e as fragilidades de cada aluno. A compreensão desse perfil singular é essencial para o planejamento de estratégias pedagógicas personalizadas e para a construção de ambientes de aprendizagem inclusivos e estimulantes.

A dupla excepcionalidade frequentemente apresenta manifestações comportamentais complexas que podem ser mal interpretadas por professores e familiares. Por exemplo, o desinteresse ou a dificuldade em algumas tarefas podem ser erroneamente atribuídos à falta de motivação, quando na realidade refletem desafios cognitivos ou emocionais específicos. Oliveira et al. (2021) enfatizam que a avaliação deve incluir observações contínuas e contextuais, garantindo que a interpretação dos comportamentos seja precisa e que intervenções inadequadas não prejudiquem o desenvolvimento do aluno.

A literatura também aponta que a identificação das altas habilidades é frequentemente mais visível, enquanto as dificuldades associadas podem permanecer ocultas. Pérez e Freitas (2016) ressaltam que é comum que o desempenho excepcional em algumas áreas ofusque problemas de aprendizagem ou transtornos subjacentes. Essa “máscara de talento” exige sensibilidade por parte dos educadores e profissionais de saúde, que devem reconhecer a necessidade de suporte paralelo às intervenções que promovam o crescimento intelectual do aluno.

O diagnóstico da dupla excepcionalidade deve ser realizado de forma colaborativa, envolvendo psicólogos, pedagogos, médicos, familiares e professores. Essa abordagem interdisciplinar permite a coleta de informações de diferentes fontes, aumentando a precisão da identificação e permitindo a construção de um plano educacional individualizado, que equilibre desafios e suporte. A articulação entre escola e família é particularmente importante, pois oferece uma visão integrada do comportamento do aluno em contextos variados, essencial para compreender o impacto das dificuldades e das habilidades sobre seu desempenho acadêmico e social.

Alunos superdotados com dificuldades associadas frequentemente apresentam níveis elevados de ansiedade, frustração e baixa autoestima. Oliveira et al. (2021) destacam que problemas de saúde mental são frequentes nesse grupo e que, sem reconhecimento e suporte adequados, esses alunos podem desenvolver sentimentos de inadequação ou subaproveitamento de seu potencial. Portanto, a identificação precoce deve ser acompanhada de intervenções psicopedagógicas e socioemocionais que promovam bem-estar e motivação.

As estratégias de intervenção pedagógica dependem diretamente da compreensão aprofundada do perfil do aluno. O planejamento deve contemplar desafios intelectuais compatíveis com o talento, utilizando atividades de enriquecimento, projetos de investigação e metodologias ativas, ao mesmo tempo em que oferece suporte específico para superar dificuldades de aprendizagem. Esse equilíbrio é essencial para garantir que o aluno experimente progresso acadêmico consistente e desenvolva habilidades cognitivas, socioemocionais e criativas de forma integrada.

A literatura enfatiza ainda a importância de programas estruturados de identificação de altas habilidades e superdotação, como os descritos por Pérez e Freitas (2016), que incluem protocolos de triagem, instrumentos de avaliação e indicadores comportamentais. Esses programas permitem não apenas reconhecer talentos, mas também mapear dificuldades específicas, criando um panorama completo que orienta decisões pedagógicas e a implementação de práticas inclusivas eficazes.

A identificação da dupla excepcionalidade deve considerar a promoção de ambientes escolares inclusivos e estimulantes, nos quais o aluno possa interagir com pares, desenvolver habilidades socioemocionais e participar de atividades que valorizem suas competências. Essa abordagem holística fortalece a autoestima, reduz o isolamento social e contribui para o desenvolvimento de competências amplas, reforçando a aprendizagem significativa e a motivação do estudante.

A identificação e compreensão da dupla excepcionalidade é um processo complexo e multifacetado, que exige sensibilidade, conhecimento técnico e colaboração entre diferentes profissionais. Avaliações completas, multidimensionais e contínuas são essenciais para que o aluno com altas habilidades e dificuldades associadas possa receber suporte adequado, desenvolver plenamente seu potencial e participar de forma ativa e significativa do ambiente escolar.

A identificação de superdotação e altas habilidades em alunos com dupla excepcionalidade requer um olhar atento e multidimensional, que combine avaliação de talentos excepcionais com o reconhecimento de dificuldades ou deficiências concomitantes. Desde a

educação infantil, é possível perceber sinais de altas habilidades, como curiosidade intensa, facilidade de memorização, vocabulário avançado, capacidade de raciocínio lógico ou criatividade destacada em jogos e brincadeiras. Ao mesmo tempo, é necessário observar possíveis dificuldades que podem acompanhar esses talentos, como problemas de atenção, atrasos na linguagem, transtornos de ansiedade ou dificuldades motoras. Esse cuidado precoce permite que a criança receba estímulos adequados e intervenções direcionadas, evitando que barreiras ocultas limitem o desenvolvimento do potencial.

No ensino fundamental, a identificação se torna mais estruturada, pois é possível utilizar instrumentos de avaliação cognitiva e acadêmica padronizados, além da observação contínua de comportamentos em sala de aula. A dupla excepcionalidade se manifesta como um perfil paradoxal: o estudante pode apresentar desempenho acima da média em determinadas disciplinas, enquanto enfrenta desafios significativos em outras. Professores devem ser capacitados para reconhecer essa heterogeneidade, interpretando adequadamente sinais como desinteresse, frustração, hiperatividade ou perfeccionismo. A articulação entre observações pedagógicas e testes padronizados permite mapear talentos e dificuldades, orientando adaptações curriculares e estratégias diferenciadas de ensino.

Durante o ensino médio, a identificação de superdotação e altas habilidades exige avaliações mais aprofundadas, considerando não apenas desempenho acadêmico, mas também habilidades socioemocionais, criatividade, liderança e pensamento crítico. Estudos de caso, portfólios, atividades de investigação e projetos interdisciplinares oferecem informações valiosas sobre o potencial do estudante. Para alunos com dupla excepcionalidade, é fundamental equilibrar desafios acadêmicos compatíveis com seus talentos e suporte adequado para superar limitações, como transtornos de aprendizagem, TDAH, dislexia ou ansiedade, garantindo que o estudante não se sinta sobrecarregado ou desestimulado.

No contexto do ensino superior, a identificação de altas habilidades e superdotação passa a ser mais complexa, pois o foco se desloca do desempenho acadêmico padronizado para competências avançadas, como autonomia, capacidade de pesquisa, inovação, pensamento crítico e resolução de problemas complexos. Alunos com dupla excepcionalidade podem se destacar em determinadas áreas do conhecimento, enquanto enfrentam dificuldades de organização, gestão do tempo ou habilidades sociais. O acompanhamento personalizado, orientação acadêmica e apoio psicopedagógico continuam sendo essenciais para que o potencial do estudante seja plenamente explorado.

A identificação da dupla excepcionalidade deve ser conduzida de forma interdisciplinar**,** envolvendo professores, psicólogos, pedagogos, familiares e, quando necessário, profissionais de

saúde. Essa colaboração permite reunir informações diversas, garantindo um diagnóstico mais preciso. Avaliações padronizadas de inteligência, testes específicos para habilidades cognitivas, entrevistas e observações em diferentes contextos oferecem uma visão completa do perfil do aluno, permitindo planejar intervenções que considerem simultaneamente talentos e necessidades.

A legislação educacional brasileira fornece diretrizes importantes para o reconhecimento e atendimento de alunos com altas habilidades e dupla excepcionalidade. A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, a Política Nacional de Educação Especial (2008), a Lei nº 12.764/2012 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforçam o direito desses alunos à educação inclusiva e de qualidade. As normas orientam as escolas a organizar-se para oferecer suporte individualizado, recursos pedagógicos diferenciados, metodologias de enriquecimento e acompanhamento contínuo, garantindo que talentos extraordinários sejam estimulados e dificuldades sejam adequadamente abordadas.

A articulação entre teoria, legislação e prática pedagógica é fundamental para que a identificação seja eficaz. Teorias como o Modelo dos Três Anéis de Joseph Renzulli e o Modelo Diferenciado de Dotação e Talento (DMGT 2.0) de Gagné ajudam a compreender o perfil paradoxal de alunos com dupla excepcionalidade, orientando professores e equipes escolares sobre como reconhecer habilidades excepcionais em conjunto com limitações específicas. Esses referenciais teóricos também subsidiam a escolha de metodologias diferenciadas, como aprendizagem baseada em projetos, oficinas de enriquecimento, atividades criativas e metodologias ativas, que estimulam o potencial do estudante.

No ensino infantil, a prática pedagógica deve valorizar a exploração de interesses, atividades lúdicas, jogos simbólicos e estímulos à curiosidade. Observações sistemáticas de comportamento, capacidade de resolução de problemas e criatividade permitem aos professores identificar talentos emergentes, ao mesmo tempo em que notas ou avaliações qualitativas ajudam a reconhecer limitações cognitivas ou socioemocionais que necessitam de suporte.

Já no ensino fundamental, o planejamento deve contemplar desafios acadêmicos compatíveis com o talento do aluno, como atividades de aprofundamento ou aceleração de conteúdo, aliados a estratégias de suporte, como tutoria, reforço específico ou recursos tecnológicos assistivos. A observação contínua e a coleta de dados acadêmicos e comportamentais possibilitam ajustes no percurso pedagógico, garantindo que o aluno avance em suas potencialidades sem negligenciar áreas de dificuldade.

No ensino médio, atividades de investigação, competições acadêmicas, projetos interdisciplinares e mentorias individuais são ferramentas importantes para identificar e estimular alunos superdotados, permitindo avaliar competências cognitivas avançadas e habilidades

socioemocionais. Simultaneamente, a presença de dificuldades específicas exige acompanhamento contínuo, reforço psicopedagógico e estratégias diferenciadas de aprendizagem.

No ensino superior, o foco se desloca para competências avançadas, como autonomia intelectual, pesquisa acadêmica, inovação e capacidade de síntese crítica. A identificação envolve análise do desempenho em projetos complexos, participação em iniciação científica, publicações, atividades extracurriculares e habilidades de liderança. O apoio individualizado continua sendo essencial para alunos com dupla excepcionalidade, permitindo conciliar talentos excepcionais com barreiras de aprendizagem ou desafios emocionais.

Em todos os níveis de ensino, a articulação entre avaliação contínua, suporte individualizado e estratégias de enriquecimento permite que o aluno com dupla excepcionalidade desenvolva plenamente seu potencial, ao mesmo tempo em que recebe assistência nas áreas em que enfrenta dificuldades. A integração entre teoria, legislação e prática pedagógica garante que a educação inclusiva seja efetiva, reconhecendo talentos extraordinários e promovendo o direito à aprendizagem de qualidade para todos os estudantes, consolidando um ambiente escolar justo, equitativo e estimulante.

2.3. DIFERENCIAÇÃO CURRICULAR E FLEXIBILIZAÇÃO PEDAGÓGICA

A promoção de práticas inclusivas que favoreçam a aprendizagem significativa de alunos com dupla excepcionalidade exige atenção especial à diferenciação curricular e à flexibilização pedagógica. A dupla excepcionalidade caracteriza-se pela coexistência de altas habilidades ou superdotação com algum tipo de deficiência ou transtorno do neurodesenvolvimento, resultando em perfis paradoxais que combinam talentos excepcionais com dificuldades significativas. Nesse contexto, é essencial que os educadores abandonem preconceitos e ideias pré-concebidas sobre limitações ou capacidades desses alunos, reconhecendo-os como sujeitos com potencialidades singulares que necessitam de estratégias pedagógicas individualizadas (Nakano, 2021, p. 25).

> Para que o estudante com dupla excepcionalidade possa ser bem-sucedido na escola, professores devem, em primeiro lugar, abandonar suas idéias preconceituosas sobre a deficiência/transtorno e a superdotação. O foco deve voltar-se às necessidades individualizadas desses alunos, para o posterior desenvolvimento de um programa de atendimento que as atendam. Tal cuidado também pode favorecer o ingresso desses indivíduos no mercado de trabalho, bem como o desenvolvimento dos aspectos saudáveis e a minimização dos prejuízos decorrentes do déficit/transtorno. (Nakano, 2021, p. 25)

A diferenciação curricular consiste em adaptar conteúdos, métodos, recursos e avaliação de acordo com as necessidades, interesses e potencialidades de cada estudante. Para alunos com dupla excepcionalidade, isso significa oferecer oportunidades que estimulem suas altas habilidades ao mesmo tempo em que proporcionam suporte nas áreas em que enfrentam dificuldades.

Um aluno superdotado em matemática, mas com transtorno de aprendizagem em leitura, pode receber atividades avançadas em cálculos e lógica, enquanto realiza intervenções específicas para aprimorar habilidades de leitura e compreensão de textos. Essa abordagem permite que o estudante se sinta desafiado e motivado, ao mesmo tempo em que recebe o suporte necessário para superar barreiras cognitivas ou socioemocionais.

A flexibilização pedagógica, por sua vez, envolve ajustes na organização do tempo, espaço, materiais e metodologias de ensino. Isso inclui a oferta de tutoria individualizada, recursos tecnológicos assistivos, planejamento de projetos de investigação e estratégias de enriquecimento curricular. A flexibilização também se aplica à avaliação, permitindo que o desempenho do aluno seja medido de forma diversificada, contemplando diferentes habilidades e formas de expressão, como produções orais, projetos práticos ou apresentações criativas. Tais adaptações são fundamentais para assegurar que os alunos com dupla excepcionalidade possam demonstrar suas competências de maneira justa e significativa.

A fundamentação legal brasileira reforça a necessidade de políticas e práticas inclusivas para todos os alunos, incluindo aqueles com dupla excepcionalidade. A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 estabelece que os sistemas de ensino devem organizar-se para atender às necessidades educacionais especiais, garantindo condições adequadas de aprendizagem e promovendo a inclusão no currículo regular. Da mesma forma, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) enfatiza que a escola deve assegurar oportunidades de desenvolvimento pleno para todos os estudantes, articulando apoio pedagógico, recursos especializados e estratégias diferenciadas de ensino.

A Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, complementa essas diretrizes ao garantir direitos específicos para alunos que apresentam condições associadas a déficits cognitivos ou emocionais. No contexto da dupla excepcionalidade, a legislação reforça a importância de práticas pedagógicas individualizadas e inclusivas, que reconheçam simultaneamente talentos e limitações, promovendo a participação plena e significativa do estudante no ambiente escolar.

Nakano (2021) ressalta que, para o desenvolvimento efetivo de alunos com dupla excepcionalidade, os programas de atendimento devem ir além da intervenção pontual, contemplando um planejamento contínuo e adaptativo, que integre suporte acadêmico, desenvolvimento socioemocional e orientação vocacional. Esse cuidado é fundamental não apenas para o sucesso escolar, mas também para a preparação do aluno para a vida adulta, incluindo a inserção no mercado de trabalho e a autonomia pessoal.

A aplicação prática da diferenciação curricular requer um conhecimento aprofundado do perfil do aluno. Avaliações diagnósticas periódicas e observações contínuas permitem identificar talentos específicos e áreas que necessitam de suporte, possibilitando a construção de planos pedagógicos individualizados. Tais planos podem incluir atividades de enriquecimento, desafios intelectuais, projetos interdisciplinares e metodologias ativas, que promovam aprendizagem significativa e estimulem habilidades cognitivas e criativas.

A flexibilização pedagógica também implica em reorganizar o ambiente escolar para favorecer a inclusão e o engajamento. Isso pode incluir horários diferenciados, acesso a laboratórios e tecnologias, participação em grupos de estudo ou oficinas de aprofundamento, além da articulação com psicólogos, pedagogos e familiares. A integração entre escola, família e profissionais especializados garante que as estratégias de ensino sejam coerentes e consistentes, maximizando o potencial do aluno e minimizando prejuízos decorrentes da deficiência ou transtorno.

Professores capacitados para identificar sinais de superdotação e deficiências concomitantes desempenham um papel central no sucesso acadêmico e socioemocional de alunos com dupla excepcionalidade. Essa capacitação vai além do conhecimento técnico sobre diagnóstico ou classificação de talentos e limitações; ela envolve a compreensão profunda das características cognitivas, emocionais e comportamentais desses estudantes, permitindo que os educadores reconheçam tanto os sinais sutis de altas habilidades quanto as dificuldades que podem ser mascaradas pelo desempenho excepcional em determinadas áreas. Quando os docentes possuem essa sensibilidade, tornam-se capazes de planejar atividades diferenciadas, ajustar o ritmo de ensino, selecionar conteúdos e estratégias que correspondam ao perfil individual de cada aluno e criar oportunidades de aprendizagem que valorizem seus talentos sem negligenciar suas necessidades de suporte.

A eficácia dessas práticas depende fortemente da atualização contínua do professor em metodologias de ensino inclusivas. Isso inclui familiaridade com abordagens como aprendizagem baseada em projetos, cultura maker, metodologias ativas, ensino híbrido e outras estratégias inovadoras que promovam engajamento, autonomia e pensamento crítico. Além disso, os professores devem ser capazes de integrar estratégias de enriquecimento curricular, oferecendo desafios intelectuais compatíveis com as altas habilidades dos alunos, ao mesmo tempo em que proporcionam suporte em áreas de dificuldade, como leitura, escrita, atenção ou organização. Essa flexibilidade pedagógica garante que o estudante possa progredir de forma equilibrada, evitando frustração, desmotivação ou subaproveitamento de seu potencial.

Ferramentas digitais, softwares educativos adaptativos, aplicativos de apoio à leitura, comunicação aumentativa e alternativas de avaliação digital permitem personalizar a aprendizagem e proporcionar experiências inclusivas, de acordo com as necessidades específicas de cada estudante. A combinação de recursos tecnológicos com planejamento pedagógico diferenciado possibilita que os alunos expressem suas competências de múltiplas formas, promovendo uma aprendizagem significativa, interativa e contextualizada.

Professores preparados são capazes de atuar de forma colaborativa com outros profissionais da escola, como psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos e orientadores educacionais, bem como com as famílias dos alunos. Essa articulação interdisciplinar fortalece a compreensão do perfil do estudante, possibilita o desenvolvimento de planos educacionais individualizados mais precisos e garante a continuidade das estratégias de apoio em diferentes contextos. Dessa forma, a capacitação docente não se limita ao ensino em sala de aula, mas se estende à organização do ambiente escolar, ao acompanhamento socioemocional e à orientação para o desenvolvimento integral do aluno.

A formação continuada e o desenvolvimento profissional do professor constituem pilares essenciais para que a educação inclusiva seja efetiva e para que os talentos extraordinários dos alunos com dupla excepcionalidade sejam estimulados adequadamente. Professores capacitados e atualizados não apenas identificam sinais de superdotação e dificuldades concomitantes, mas também promovem a construção de ambientes de aprendizagem diversificados, motivadores e equitativos, onde cada estudante tem a oportunidade de desenvolver plenamente suas potencialidades, superar desafios e alcançar resultados acadêmicos e pessoais significativos.

Além do suporte acadêmico, práticas inclusivas bem planejadas contribuem para o desenvolvimento socioemocional do aluno. Atividades de colaboração, projetos de grupo e experiências interdisciplinares permitem que o estudante interaja com colegas, desenvolva habilidades de liderança, empatia e autorregulação emocional. Esse equilíbrio entre desafios intelectuais e suporte socioemocional promove não apenas aprendizagem significativa, mas também bem-estar e motivação contínua.

A articulação entre teoria, legislação e prática pedagógica, portanto, é essencial para a efetividade da educação inclusiva. Modelos teóricos como o Modelo dos Três Anéis de Renzulli e o Modelo Diferenciado de Dotação e Talento (Gagné, 2.0) fornecem base para compreender as altas habilidades em paralelo com deficiências, enquanto as normas legais brasileiras garantem o direito à inclusão e à aprendizagem de qualidade. A integração desses elementos permite que cada aluno com dupla excepcionalidade seja reconhecido em suas singularidades, estimulando talentos extraordinários e oferecendo suporte nas áreas de vulnerabilidade.

A diferenciação curricular e a flexibilização pedagógica são estratégias indispensáveis para a inclusão de alunos com dupla excepcionalidade. Elas permitem que a escola se transforme em um ambiente de aprendizagem significativo, capaz de respeitar a diversidade de perfis e de potencializar talentos excepcionais. Ao articular teoria, legislação e prática pedagógica, é possível consolidar uma educação inclusiva de qualidade, que reconheça e valorize cada estudante, promovendo desenvolvimento acadêmico, socioemocional e profissional.

2.4. APOIO SOCIOEMOCIONAL E DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIOAFETIVAS

Alunos com dupla excepcionalidade frequentemente apresentam um perfil paradoxal, no qual talentos e habilidades excepcionais coexistem com dificuldades cognitivas, emocionais ou sociais. Essa singularidade pode levar a desafios significativos no âmbito socioemocional, como baixa autoestima, ansiedade, frustração ou isolamento social, tornando indispensável a implementação de estratégias de suporte emocional e social no contexto escolar. O reconhecimento desses aspectos é tão importante quanto o estímulo às altas habilidades, pois o desenvolvimento integral do aluno depende da integração entre competências cognitivas e socioafetivas.

Segundo Nakano (2021, p. 16), a dupla excepcionalidade pode ser definida como "a presença de alta performance, talento, habilidade ou potencial superior à média em uma ou mais áreas (acadêmica, intelectual, psicomotora, social, artística, entre outras), envolvendo o reconhecimento da possibilidade de que pessoas que demonstram capacidades superiores em uma ou mais áreas poderiam apresentar, ao mesmo tempo, deficiências ou condições consideradas incompatíveis." Essa definição evidencia que o suporte socioemocional não deve ser secundário, mas parte integrante do planejamento pedagógico, garantindo que o aluno possa expressar suas capacidades de forma plena, mesmo diante de desafios pessoais ou acadêmicos.

> [...] ser definida como a presença de alta performance, talento, habilidade ou potencial superior à média em uma ou mais áreas (acadêmica, intelectual, psicomotora, social, artística, entre outras), [...] Envolve o reconhecimento da possibilidade de que pessoas demonstraram capacidades superiores em uma ou mais áreas poderiam apresentar, ao mesmo tempo, deficiências ou condições consideradas incompatíveis. (Nakano, 2021, p.16)

O apoio socioemocional inclui ações voltadas para o fortalecimento da autoestima, da autoconfiança e da percepção positiva das próprias habilidades. Atividades de reflexão sobre conquistas, reconhecimento de esforços, valorização do progresso individual e encorajamento diante de desafios são estratégias fundamentais para ajudar o aluno a lidar com a ansiedade ou a

frustração que podem surgir em decorrência de suas limitações. Essa atenção contribui para que o estudante se sinta acolhido, compreendido e motivado a participar das atividades escolares e extracurriculares, potencializando tanto a aprendizagem quanto o desenvolvimento de competências sociais.

O desenvolvimento de habilidades socioafetivas envolve promover a empatia, a cooperação, a comunicação assertiva e a resolução de conflitos. Alunos com dupla excepcionalidade podem apresentar dificuldades em interações sociais devido à percepção de diferenças em relação aos colegas, à intensidade emocional ou à sensibilidade exacerbada. O trabalho estruturado com habilidades socioafetivas permite que esses estudantes compreendam melhor suas próprias emoções e as dos outros, estabelecendo relações mais saudáveis e integradas no ambiente escolar.

A inclusão de atividades coletivas, como projetos em grupo, oficinas interdisciplinares, dinâmicas de colaboração e jogos cooperativos, é uma estratégia eficaz para promover a interação social e o desenvolvimento de competências socioafetivas. Nessas atividades, os alunos podem aplicar suas habilidades superiores em contextos reais, aprender a lidar com frustrações e desafios, e reconhecer o valor do trabalho conjunto, fortalecendo simultaneamente habilidades cognitivas e emocionais.

A colaboração multidisciplinar permite monitorar o bem-estar socioemocional do aluno, identificar sinais de estresse ou ansiedade, e implementar intervenções preventivas e corretivas que favoreçam a inclusão social e a aprendizagem significativa. A participação familiar é fundamental, pois oferece suporte contínuo e reforço positivo no ambiente doméstico, complementando as ações realizadas na escola.

A atenção ao desenvolvimento socioafetivo também deve considerar as especificidades do talento do aluno. Estudantes com altas habilidades podem apresentar perfeccionismo, hiperexigência ou dificuldades em lidar com erros e limitações, tornando necessária a orientação para autorregulação emocional, controle do estresse e resiliência. Estratégias de mindfulness, treinamento em habilidades de enfrentamento e acompanhamento psicopedagógico são recursos eficazes para auxiliar na regulação emocional, promovendo equilíbrio entre desempenho acadêmico e bem-estar pessoal.

O apoio socioemocional e o desenvolvimento de habilidades socioafetivas constituem pilares fundamentais da educação inclusiva, especialmente quando se trata de alunos com dupla excepcionalidade, cujo perfil combina talentos excepcionais e áreas de dificuldade significativas. Esses estudantes não apenas enfrentam desafios cognitivos ou acadêmicos, mas também podem vivenciar experiências emocionais complexas, como ansiedade, frustração, baixa autoestima ou

isolamento social. A atenção às dimensões emocionais e sociais do aprendizado torna-se tão relevante quanto o estímulo às competências intelectuais, sendo indispensável para que a escola cumpra seu papel de promover inclusão efetiva e aprendizagem significativa.

Ao integrar atenção emocional, desenvolvimento de competências sociais e estímulo às altas habilidades, a escola consegue criar um ambiente educativo que valoriza simultaneamente o talento e a singularidade de cada estudante. Isso exige planejamento pedagógico estratégico, capaz de oferecer suporte individualizado, reconhecer necessidades emocionais específicas e propor desafios compatíveis com o potencial do aluno. Por meio dessa abordagem, é possível reduzir sentimentos de inadequação ou frustração, favorecendo o engajamento, a motivação intrínseca e a participação ativa do estudante nas atividades escolares.

O desenvolvimento de habilidades socioafetivas envolve a promoção de competências como empatia, comunicação assertiva, colaboração, resolução de conflitos e autorregulação emocional. Para alunos com dupla excepcionalidade, essas competências são particularmente importantes, pois ajudam a lidar com as diferenças em relação aos pares, a interpretar situações sociais complexas e a estabelecer relações saudáveis no ambiente escolar. Atividades práticas, como dinâmicas de grupo, projetos interdisciplinares e jogos cooperativos, podem ser utilizadas para fortalecer essas habilidades, permitindo que o estudante experimente interações sociais de forma segura e construtiva.

O estímulo às altas habilidades, quando articulado ao apoio socioemocional, possibilita que talentos extraordinários se expressem de forma plena, mesmo diante das dificuldades associadas à deficiência ou transtorno concomitante. Isso significa que atividades de enriquecimento curricular, desafios intelectuais, oficinas criativas e projetos de investigação científica devem ser planejados considerando o perfil integral do aluno, equilibrando estímulo e suporte. O estudante não apenas desenvolve competências cognitivas avançadas, mas também aprimora a capacidade de lidar com frustrações, gerir emoções e interagir com colegas de maneira positiva.

A escola, nesse processo, deve atuar como mediadora e facilitadora do desenvolvimento integral, oferecendo espaços de escuta, acompanhamento psicopedagógico e orientação socioemocional. O apoio contínuo, aliado à valorização dos talentos do aluno, contribui para a construção de uma identidade positiva, fortalecendo a autoestima e promovendo uma percepção de autoeficácia. Alunos que reconhecem seus pontos fortes e recebem suporte para superar suas limitações tendem a apresentar maior engajamento, resiliência e satisfação com a experiência escolar.

A articulação entre professores, familiares e profissionais especializados é fundamental para potencializar o desenvolvimento socioemocional. A troca constante de informações permite identificar rapidamente sinais de estresse, ansiedade ou isolamento, e ajustar as estratégias pedagógicas e de suporte de forma eficaz. Essa colaboração também assegura que o aluno receba continuidade no cuidado e acompanhamento, tanto dentro quanto fora da escola, fortalecendo a aprendizagem e o bem-estar emocional de forma integrada.

Para alunos com dupla excepcionalidade, experiências que incentivam a exploração de interesses e a resolução de problemas complexos contribuem para a construção de habilidades socioemocionais avançadas, como autoconfiança, senso de responsabilidade, gestão do tempo e capacidade de trabalhar sob pressão. Ao mesmo tempo, essas atividades permitem que o estudante perceba valor em suas conquistas, fortalecendo o vínculo com o processo de aprendizagem.

A integração do apoio socioemocional com o desenvolvimento de habilidades socioafetivas também impacta diretamente na inclusão social. Estudantes que recebem orientação adequada conseguem interagir de forma mais eficaz com seus colegas, participar de projetos coletivos e assumir papéis de liderança ou colaboração, contribuindo para um clima escolar mais harmonioso e inclusivo. A escola não apenas potencializa talentos individuais, mas também promove cultura de respeito, empatia e valorização da diversidade.

O reconhecimento da singularidade de cada aluno, aliado à oferta de estratégias pedagógicas diversificadas, permite que o processo educativo se torne verdadeiramente personalizado. Isso inclui adaptar materiais didáticos, utilizar recursos tecnológicos assistivos, planejar atividades que respeitem o ritmo de aprendizagem e oferecer feedback contínuo. Esses elementos favorecem não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o equilíbrio emocional, a motivação intrínseca e a capacidade de lidar com desafios de maneira construtiva.

A atenção contínua às necessidades socioemocionais também contribui para prevenir possíveis consequências negativas da dupla excepcionalidade, como frustração acadêmica, comportamentos de evasão escolar, estresse elevado ou dificuldade de relacionamento. A implementação de estratégias de apoio sistemático e de desenvolvimento de competências socioafetivas garante que o aluno possa enfrentar adversidades com maior resiliência, promovendo aprendizagem significativa e fortalecendo habilidades essenciais para a vida pessoal, acadêmica e profissional.

O apoio socioemocional e o desenvolvimento de habilidades socioafetivas não são componentes auxiliares, mas sim centrais na educação de alunos com dupla excepcionalidade. A integração dessas dimensões com o estímulo às altas habilidades cria um ambiente de aprendizagem inclusivo, motivador e desafiador, capaz de respeitar a individualidade de cada

estudante, fortalecer seu engajamento, potencializar talentos extraordinários e assegurar que desafios ou limitações concomitantes sejam adequadamente tratados.

Investir no equilíbrio entre suporte emocional, desenvolvimento socioafetivo e estímulo às competências superiores permite que a escola se torne um espaço de aprendizagem significativa, inclusão efetiva e crescimento integral, garantindo que cada aluno com dupla excepcionalidade tenha condições de desenvolver plenamente seu potencial e participar de forma ativa, autônoma e confiante no processo educacional.

2.5. TRABALHO COLABORATIVO ENTRE EQUIPE ESCOLAR, FAMÍLIA E ESPECIALISTAS

O trabalho colaborativo entre professores, familiares e especialistas constitui um componente central na educação de alunos com dupla excepcionalidade, permitindo que o atendimento seja individualizado, efetivo e sensível às singularidades de cada estudante. A dupla excepcionalidade combina altas habilidades ou superdotação com algum tipo de deficiência ou transtorno, resultando em perfis complexos e desafiadores. Nesse contexto, o planejamento educacional não pode ser unilateral, mas deve surgir da articulação entre diferentes atores, que compartilham conhecimentos, estratégias e responsabilidades, garantindo a integração entre suporte acadêmico, socioemocional e psicológico.

A atuação conjunta de professores, psicólogos, orientadores educacionais, terapeutas e familiares permite a construção de um plano educacional individualizado (PEI) que contemple simultaneamente as potencialidades e as necessidades do aluno. Esse plano deve incluir estratégias diferenciadas de ensino, metodologias de enriquecimento, recursos pedagógicos adaptados e acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico e socioemocional. Nakano (2021) ressalta que a participação ativa da família é fundamental, pois oferece informações sobre comportamentos, interesses e desafios que podem não ser observados no contexto escolar, permitindo que o planejamento seja mais completo e assertivo.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça a importância da articulação entre escola, família e profissionais especializados, garantindo o direito à educação inclusiva e ao atendimento individualizado para alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais. A legislação estabelece que a escola deve organizar-se para promover condições adequadas de aprendizagem, respeitando as especificidades de cada estudante e assegurando acesso a recursos pedagógicos, metodologias diferenciadas e acompanhamento especializado. Para alunos com dupla excepcionalidade, isso significa equilibrar o estímulo às altas habilidades com suporte para áreas de dificuldade, assegurando participação plena e desenvolvimento integral.

O trabalho colaborativo também promove consistência e continuidade nas intervenções. Quando professores e especialistas compartilham informações, definem metas conjuntas e acompanham o progresso do aluno de forma sistemática, é possível ajustar estratégias pedagógicas em tempo real, prevenir dificuldades, reduzir frustração e aumentar o engajamento. A colaboração fortalece a comunicação com a família, que passa a compreender melhor o perfil do estudante, suas necessidades e seus potenciais, tornando-se parceira ativa no processo educativo.

A integração entre diferentes profissionais permite ainda abordar o desenvolvimento socioemocional do aluno. Psicólogos e orientadores podem identificar sinais de ansiedade, baixa autoestima ou isolamento social, propondo intervenções que complementem o trabalho pedagógico. Ao mesmo tempo, professores capacitados aplicam metodologias diferenciadas, adaptam o currículo e utilizam recursos tecnológicos assistivos, enquanto familiares reforçam hábitos positivos, apoio emocional e estímulo ao desenvolvimento integral. Esse modelo de atuação articulada garante que o aluno com dupla excepcionalidade receba atenção equilibrada, respeitando suas competências e dificuldades.

Gil (2021) destaca que, em pesquisas qualitativas e práticas educativas, a colaboração entre diferentes atores amplia a compreensão do fenômeno estudado e aumenta a efetividade das intervenções. No contexto escolar, isso significa que o conhecimento compartilhado entre profissionais e família permite identificar padrões de aprendizagem, reconhecer talentos emergentes e antecipar necessidades, promovendo intervenções mais precisas e individualizadas.

O trabalho colaborativo favorece a construção de estratégias de inclusão que vão além do plano individual. A equipe escolar, em conjunto com especialistas, pode promover adaptações no ambiente de aprendizagem, criar projetos interdisciplinares e implementar metodologias ativas que estimulem a participação de todos os alunos, integrando talentos e necessidades diversas. Esse esforço coletivo transforma a escola em um espaço inclusivo, acolhedor e desafiador, capaz de atender à complexidade da dupla excepcionalidade.

A colaboração permite que as metas definidas no plano educacional sejam avaliadas periodicamente, possibilitando ajustes que respondam a mudanças no desenvolvimento do aluno ou em seu contexto social e acadêmico. Esse processo iterativo é essencial para garantir que o ensino permaneça relevante, motivador e adaptado às necessidades individuais do estudante.

A articulação entre equipe escolar, família e especialistas também fortalece a autonomia e a autoconfiança do aluno. Quando os estudantes percebem que há uma rede de suporte comprometida com seu desenvolvimento, tendem a se engajar mais, assumir responsabilidades por seu aprendizado e explorar suas potencialidades de forma mais consistente. Esse apoio estruturado

contribui para que os alunos com dupla excepcionalidade desenvolvam competências acadêmicas, sociais e emocionais de maneira integrada.

A colaboração interdisciplinar deve ser permanente, com reuniões periódicas, troca de relatórios, avaliação de progresso e planejamento de novas estratégias. A comunicação clara e constante entre todos os envolvidos garante alinhamento de objetivos, evita contradições nas práticas pedagógicas e fortalece a implementação de intervenções coerentes e eficazes.

Essa articulação permite que a escola adote práticas preventivas, antecipando possíveis dificuldades e promovendo experiências de aprendizagem que minimizem riscos de frustração ou exclusão. Estratégias como tutoria, mentorias, acompanhamento psicopedagógico e projetos de enriquecimento podem ser planejadas de forma conjunta, garantindo que cada intervenção seja contextualizada e orientada para o desenvolvimento integral do aluno.

O trabalho colaborativo entre equipe escolar, familiares e especialistas é indispensável para o sucesso educativo de alunos com dupla excepcionalidade. Ao integrar diferentes perspectivas e competências, é possível construir um plano educacional individualizado, equilibrar estímulo às altas habilidades com suporte às limitações, promover desenvolvimento socioemocional e criar um ambiente inclusivo, desafiador e acolhedor, que assegure o direito à aprendizagem significativa para todos.

2.6. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS

A formação continuada de professores é um componente essencial para a implementação de práticas inclusivas eficazes, especialmente no atendimento de alunos com dupla excepcionalidade, que combinam altas habilidades ou superdotação com algum tipo de deficiência ou transtorno do desenvolvimento. Capacitar docentes nesse contexto significa não apenas transmitir conhecimentos teóricos sobre identificação de talentos e dificuldades, mas também desenvolver habilidades práticas para planejar, adaptar e aplicar estratégias pedagógicas individualizadas. Essa formação garante que o professor compreenda a complexidade do perfil paradoxal desses alunos e esteja preparado para estimular potencialidades, oferecer suporte às limitações e promover aprendizagem significativa.

A legislação brasileira estabelece diretrizes claras que sustentam a necessidade de formação docente para a inclusão. A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que define as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, determina que os sistemas de ensino devem garantir condições adequadas de atendimento pedagógico, incluindo a capacitação de professores para lidar com necessidades educacionais especiais. A formação continuada permite que os docentes adquiram competências para identificar sinais de superdotação, dificuldades de

aprendizagem e transtornos associados, favorecendo a elaboração de estratégias pedagógicas diferenciadas e o planejamento de atividades que atendam à diversidade de perfis na sala de aula.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) reforça que a escola deve oferecer suporte contínuo aos professores, garantindo atualização em metodologias inclusivas, tecnologias assistivas e estratégias de flexibilização curricular. Essa política reconhece que o docente é um agente central no processo de inclusão, sendo responsável por criar ambientes de aprendizagem que valorizem talentos, minimizem barreiras e promovam participação plena dos alunos com necessidades específicas.

As Leis nº 12.764/2012 e 13.146/2015, que estabelecem direitos das pessoas com transtornos do espectro autista e da pessoa com deficiência, respectivamente, complementam o arcabouço legal da educação inclusiva. Elas enfatizam que todos os estudantes têm direito à educação de qualidade, com suporte pedagógico individualizado e oportunidades para desenvolver plenamente suas potencialidades. Para cumprir essas determinações legais, é imprescindível que os professores participem de programas de formação continuada que os capacitem a identificar e atender adequadamente os alunos com dupla excepcionalidade.

A formação continuada deve contemplar diversos eixos, incluindo: conhecimento sobre altas habilidades e superdotação; identificação de dificuldades cognitivas, emocionais e comportamentais; estratégias de diferenciação curricular; metodologias de enriquecimento; uso de tecnologias assistivas; e desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Essa abordagem integrada permite que o docente não apenas reconheça os talentos e limitações do aluno, mas também planeje ações pedagógicas que promovam aprendizagem significativa, motivação, engajamento e inclusão social.

A formação docente contínua favorece a atualização sobre pesquisas recentes, inovações pedagógicas e boas práticas educacionais, permitindo que o professor implemente metodologias mais eficazes e contextualizadas. Por exemplo, a aplicação de metodologias ativas, aprendizagem baseada em projetos, oficinas de criatividade e cultura maker contribui para o desenvolvimento integral do aluno com dupla excepcionalidade, estimulando tanto suas habilidades cognitivas quanto socioemocionais.

O planejamento colaborativo, incentivado pela formação continuada, também é fundamental. Professores capacitados conseguem atuar em conjunto com familiares, psicólogos, orientadores educacionais e demais profissionais da equipe escolar, elaborando planos educacionais individualizados e ajustando estratégias de ensino de acordo com a evolução do aluno. Essa colaboração amplia a eficácia do processo educativo, garantindo que intervenções pedagógicas e socioemocionais sejam articuladas de maneira consistente.

A formação continuada não se limita à capacitação inicial do docente; trata-se de um processo contínuo que acompanha mudanças no perfil dos estudantes, nas demandas sociais e nas inovações pedagógicas. Cursos de atualização, workshops, programas de especialização e acompanhamento em serviço são estratégias que fortalecem o conhecimento do professor, permitindo que ele adapte práticas pedagógicas e metodologias inclusivas às necessidades individuais de cada aluno.

Professores capacitados estão mais aptos a interpretar dados de avaliações diagnósticas, observar comportamentos e progressos em diferentes contextos, e ajustar intervenções de forma dinâmica e eficaz. Esse preparo é crucial para alunos com dupla excepcionalidade, cujo perfil exige equilíbrio entre estímulo às altas habilidades e suporte às limitações cognitivas ou socioemocionais.

A formação continuada também fortalece a compreensão da importância da diversidade e da inclusão como princípios centrais da educação. Ao reconhecer que cada aluno possui talentos e desafios únicos, o professor passa a adotar uma postura mais empática, respeitosa e inovadora, capaz de promover equidade e aprendizagem significativa para todos. Essa perspectiva é essencial para transformar a escola em um ambiente inclusivo, acolhedor e desafiador.

Capacitar docentes para práticas inclusivas é uma exigência legal, pedagógica e ética. A formação continuada garante que os professores compreendam as especificidades dos alunos com dupla excepcionalidade, implementem estratégias diferenciadas de ensino, utilizem recursos pedagógicos adaptados e promovam o desenvolvimento acadêmico e socioemocional de maneira integrada. É possível assegurar educação de qualidade, equidade, participação plena e aprendizagem significativa para todos os estudantes.

A formação de professores para identificar altas habilidades e superdotação deve ser planejada como um processo contínuo, estruturado e estratégico, reconhecendo que esses estudantes apresentam perfis complexos e, muitas vezes, paradoxais. A dupla excepcionalidade, em particular, exige que os docentes sejam capazes de perceber simultaneamente talentos extraordinários e dificuldades significativas, garantindo um atendimento pedagógico equilibrado e inclusivo. Nesse contexto, a formação continuada representa um investimento essencial, pois permite que os professores desenvolvam conhecimento aprofundado, habilidades práticas e atitudes sensíveis às particularidades de cada aluno.

O primeiro passo na formação docente é promover o conhecimento teórico sobre altas habilidades e superdotação. Isso inclui compreender os diferentes tipos de talento — acadêmico, artístico, criativo, psicomotor, social —, os sinais indicativos de superdotação e as manifestações específicas em diferentes faixas etárias, desde a educação infantil até o ensino superior. É

fundamental que os professores aprendam a identificar indicadores sutis, como raciocínio rápido, curiosidade intensa, criatividade, memorização avançada, liderança ou interesses incomuns, evitando confundi-los com comportamentos problemáticos ou distúrbios emocionais.

Os professores precisam ser capacitados no uso de instrumentos padronizados de triagem, testes de inteligência, observações sistemáticas e registros de desempenho escolar, assim como em técnicas de entrevista e análise de portfólios. A prática supervisionada e o estudo de casos reais contribuem para que os docentes desenvolvam a percepção crítica necessária para diferenciar superdotação de outras condições, garantindo diagnósticos mais precisos e intervenções adequadas.

Os professores devem compreender a importância de respeitar a individualidade do aluno, valorizando seus talentos e promovendo equidade no acesso ao currículo e às oportunidades de aprendizagem. Isso implica abandonar preconceitos e estereótipos sobre superdotação ou deficiência, promovendo um ambiente escolar que encoraje a expressão de habilidades extraordinárias, ao mesmo tempo em que oferece suporte às áreas de dificuldade.

A formação também deve contemplar estratégias pedagógicas diferenciadas. Os professores precisam aprender a aplicar diferenciação curricular, flexibilização de conteúdos, atividades de enriquecimento, projetos interdisciplinares e metodologias ativas, adaptando tarefas para estimular talentos e apoiar deficiências simultaneamente. Essa preparação prática garante que o docente não apenas reconheça habilidades superiores, mas saiba transformá-las em oportunidades reais de aprendizagem significativa, engajamento e desenvolvimento integral.

Professores capacitados devem conhecer ferramentas que auxiliem na avaliação, no acompanhamento e na facilitação da aprendizagem, tornando o ensino mais acessível e motivador. Softwares educativos adaptativos, aplicativos de apoio à leitura, programas de criação e simulação científica são exemplos de recursos que podem ser integrados à prática docente para atender alunos com altas habilidades ou dupla excepcionalidade.

A formação contínua deve incluir também a abordagem socioemocional do aluno superdotado. Professores precisam compreender como altas habilidades podem coexistir com ansiedade, perfeccionismo, frustração ou isolamento social. Treinamentos em desenvolvimento socioemocional, estratégias de motivação, orientação para autorregulação e técnicas de coaching educacional permitem que o docente não apenas reconheça talentos, mas contribua para o bem-estar emocional e para a construção de uma autoestima positiva no estudante.

A formação deve incentivar o trabalho colaborativo. Professores preparados para identificar altas habilidades e superdotação devem saber articular esforços com psicólogos, orientadores educacionais, familiares e outros profissionais da escola, construindo planos

educacionais individualizados e ajustando estratégias pedagógicas de forma integrada. Essa colaboração garante que o desenvolvimento acadêmico e socioemocional do aluno seja contínuo, coerente e eficaz.

Formar professores para identificar altas habilidades e superdotação envolve a combinação de conhecimento teórico, competências práticas, sensibilidade socioemocional, domínio de estratégias pedagógicas diferenciadas, utilização de recursos tecnológicos e capacidade de trabalhar em equipe. Essa preparação garante que os docentes possam reconhecer talentos excepcionais, atender às necessidades individuais dos alunos e criar ambientes de aprendizagem inclusivos, inovadores, motivadores e desafiadores.

A formação continuada, portanto, deve ser encarada como um investimento estratégico na educação inclusiva, pois fortalece a capacidade dos professores de promover aprendizagem significativa, estimular potencialidades e assegurar que cada estudante, independentemente de suas limitações ou habilidades, tenha oportunidades reais de desenvolvimento integral e participação plena na escola.

2.7. PRÁTICAS INCLUSIVAS QUE PROMOVAM APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PARA ALUNOS COM DUPLA EXCEPCIONALIDADE

A implementação de práticas inclusivas para alunos com dupla excepcionalidade — aqueles que combinam altas habilidades ou superdotação com algum tipo de deficiência ou transtorno do desenvolvimento — exige modelos pedagógicos que integrem estímulo às potencialidades e suporte às limitações. Para promover aprendizagem significativa, essas práticas devem ser flexíveis, individualizadas e centradas no aluno, articulando diferenciação curricular, metodologias inovadoras, tecnologias assistivas e estratégias socioemocionais.

A diferenciação curricular é uma abordagem central para atender à diversidade de perfis em sala de aula. Professores planejam atividades que permitem aos alunos avançar em áreas de talento, oferecendo desafios intelectuais compatíveis com suas habilidades, enquanto proporcionam suporte em áreas de dificuldade. Por exemplo, um estudante com altas habilidades em matemática, mas dificuldades na leitura, pode realizar problemas complexos em matemática, enquanto recebe apoio específico para desenvolver competências de leitura e escrita.

A flexibilização pedagógica envolve ajustar conteúdos, métodos, ritmo de aprendizagem e formas de avaliação de acordo com o perfil do aluno. O ensino personalizado permite que estudantes com dupla excepcionalidade explorem seus interesses, desenvolvam autonomia e participem ativamente do processo de aprendizagem. O planejamento deve considerar estratégias como tarefas de extensão, projetos interdisciplinares e atividades de enriquecimento que desafiem e motivem o aluno.

Metodologias como aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem cooperativa, oficinas maker e resolução de problemas reais são eficazes para integrar estímulo cognitivo e desenvolvimento socioemocional. Essas práticas incentivam a criatividade, a autonomia, o pensamento crítico e a colaboração, permitindo que o aluno aplique suas habilidades superiores em contextos significativos, enquanto trabalha suas dificuldades de forma prática e contextualizada.

Tecnologias digitais podem ser ferramentas poderosas para promover inclusão e aprendizagem significativa. Softwares educativos adaptativos, aplicativos de apoio à leitura e escrita, plataformas de programação e recursos multimídia permitem que os alunos com dupla excepcionalidade acessem conteúdos de acordo com seu ritmo, explorem suas habilidades e superem barreiras decorrentes de deficiências ou transtornos. A integração tecnológica também favorece o engajamento e a autonomia do estudante.

O apoio socioemocional é fundamental para alunos com dupla excepcionalidade, que podem apresentar ansiedade, frustração ou dificuldades de relacionamento. Práticas como dinâmicas de grupo, mentorias, orientação psicopedagógica, atividades de mindfulness e oficinas de inteligência emocional ajudam os estudantes a desenvolver autoconfiança, empatia, autorregulação e habilidades de comunicação. Um ambiente que equilibre estímulo intelectual e suporte emocional promove aprendizagem significativa e bem-estar integral.

A avaliação deve ser contínua, formativa e adaptada às características individuais de cada aluno. Ferramentas de avaliação diversificadas — como portfólios, autoavaliação, rubricas personalizadas e apresentações de projetos — permitem medir progressos de forma mais completa, reconhecendo tanto o desenvolvimento das habilidades superiores quanto o avanço nas áreas de dificuldade. A avaliação formativa serve para ajustar estratégias pedagógicas, tornando o ensino mais responsivo e inclusivo.

Modelos de práticas inclusivas bem-sucedidos dependem da colaboração entre professores, especialistas, familiares e a própria comunidade escolar. A construção de planos educacionais individualizados (PEI), reuniões de equipe, troca de informações sobre progresso acadêmico e socioemocional, além do acompanhamento conjunto, garante coerência e eficácia nas intervenções, assegurando que o aluno seja apoiado de forma integral e contínua.

Para que a aprendizagem seja significativa, é necessário contextualizar os conteúdos de acordo com os interesses do aluno. Projetos que integrem temas do cotidiano, problemas reais ou áreas de interesse do estudante estimulam motivação intrínseca, engajamento e desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. Essa abordagem valoriza o protagonismo do aluno e promove conexão entre conhecimento e prática.

Alunos com altas habilidades podem se beneficiar de atividades que desafiem sua criatividade e promovam pensamento crítico, como debates, experimentos, simulações, resolução de problemas complexos e projetos artísticos ou científicos. Quando combinadas com suporte em áreas de dificuldade, essas práticas contribuem para um desenvolvimento equilibrado, potencializando talentos sem negligenciar necessidades específicas.

Práticas inclusivas devem assegurar que alunos com dupla excepcionalidade se sintam parte da comunidade escolar, promovendo interação, colaboração e integração social. Grupos de estudo, atividades cooperativas, mentorias e participação em eventos escolares ajudam a construir autoestima, empatia e habilidades de convivência, fortalecendo o desenvolvimento socioemocional e a aprendizagem significativa.

Os modelos de práticas inclusivas para alunos com dupla excepcionalidade devem combinar diferenciação curricular, metodologias ativas, tecnologias assistivas, avaliação formativa, apoio socioemocional e colaboração interdisciplinar. Ao integrar essas estratégias, a escola garante um ambiente de aprendizagem significativo, estimulante e equitativo, permitindo que talentos extraordinários se desenvolvam plenamente, enquanto limitações ou dificuldades são adequadamente apoiadas.

3. CONCLUSÃO

A educação inclusiva para alunos com dupla excepcionalidade representa um desafio complexo, mas também uma oportunidade transformadora para escolas, professores e comunidades educativas. Ao reconhecer que esses estudantes combinam altas habilidades ou superdotação com algum tipo de deficiência ou transtorno, é possível construir estratégias pedagógicas que valorizem talentos extraordinários enquanto oferecem suporte às áreas de dificuldade, garantindo uma aprendizagem significativa e integral.

O planejamento individualizado é um dos pilares para o sucesso dessas práticas inclusivas. A elaboração de planos educacionais que considerem o perfil cognitivo, emocional e social de cada aluno permite que as intervenções sejam direcionadas de forma eficaz, promovendo tanto o desenvolvimento das potencialidades quanto a mitigação de limitações. Essa abordagem personalizada fortalece a autoestima, o engajamento e a motivação dos estudantes, incentivando-os a explorar seus interesses e talentos de forma plena.

A formação continuada dos professores se mostra essencial para garantir que o processo educativo seja realmente inclusivo. Docentes capacitados podem identificar sinais de superdotação e áreas de vulnerabilidade, aplicar estratégias de diferenciação curricular, enriquecer o currículo com atividades desafiadoras e utilizar tecnologias assistivas para apoiar a aprendizagem. O

desenvolvimento de competências pedagógicas avançadas, aliado à sensibilidade socioemocional, permite que o professor crie ambientes estimulantes e acolhedores, nos quais todos os alunos possam se destacar.

As metodologias ativas e projetos interdisciplinares são práticas altamente eficazes no contexto da dupla excepcionalidade. Ao proporcionar experiências de aprendizagem baseadas em investigação, resolução de problemas, oficinas maker ou atividades criativas, os estudantes são desafiados a aplicar suas habilidades superiores de forma prática e significativa, ao mesmo tempo em que recebem suporte em áreas mais frágeis. Essa integração entre estímulo e apoio transforma o processo educativo em uma experiência envolvente e motivadora.

O desenvolvimento socioemocional deve caminhar lado a lado com a promoção das altas habilidades. Estratégias que promovam autorregulação emocional, resiliência, empatia, habilidades de comunicação e colaboração são fundamentais para que o aluno possa interagir socialmente, lidar com frustrações e aproveitar oportunidades de aprendizagem. Um ambiente que equilibre suporte emocional e estímulo intelectual contribui para a formação de indivíduos confiantes, socialmente competentes e preparados para desafios futuros.

O trabalho colaborativo entre escola, família e especialistas fortalece a efetividade das práticas inclusivas. A articulação entre professores, psicólogos, orientadores, terapeutas e familiares permite compartilhar informações, alinhar estratégias, monitorar progresso e ajustar intervenções de forma contínua. Esse esforço conjunto garante que o desenvolvimento acadêmico, emocional e social do aluno seja coordenado, coerente e sustentável, maximizando o potencial de aprendizagem significativa.

O uso de tecnologias educacionais e recursos digitais também representa uma possibilidade prática promissora. Ferramentas adaptativas, aplicativos de criação, plataformas de ensino personalizado e softwares de apoio à leitura e escrita permitem que os alunos avancem no seu ritmo, explorem interesses específicos e superem barreiras decorrentes de deficiências ou transtornos. A integração tecnológica amplia oportunidades de engajamento, autonomia e expressão criativa, complementando o trabalho pedagógico.

A avaliação formativa, diversificada e contínua contribui para consolidar a aprendizagem significativa. O acompanhamento de portfólios, autoavaliações, projetos e apresentações permite reconhecer avanços em diferentes dimensões, identificar necessidades emergentes e ajustar estratégias pedagógicas em tempo real. Esse processo garante que os alunos sejam avaliados de forma justa e completa, valorizando tanto suas conquistas quanto os esforços realizados para superar desafios.

As práticas inclusivas voltadas para alunos com dupla excepcionalidade oferecem um conjunto rico de possibilidades para transformar a educação. A combinação de planejamento individualizado, formação docente, metodologias ativas, apoio socioemocional, trabalho colaborativo, tecnologias educativas e avaliação contínua cria um ambiente capaz de promover aprendizagem significativa, estimular talentos excepcionais e atender às necessidades específicas de cada estudante. Ao adotar essas práticas, a escola não apenas cumpre sua função legal e pedagógica, mas também constrói espaços educativos inovadores, equitativos e inspiradores, onde cada aluno pode desenvolver seu potencial máximo e participar plenamente da vida escolar e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CEB nº. 2 de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal. mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial. pdf Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal. mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial. pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 13 set. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa.** São Paulo: Atlas, 2021.

NAKANO, Tatiana de Cássia. Altas Habilidades/Superdotação e a dupla excepcionalidade. In: RONDINI, Carina Alexandra; REIS, Verônica Lima dos. (Org.). **Altas Habilidades Superdotação:** Instrumentais para identificação e atendimento do estudante dentro e fora da sala de aula comum. Curitiba: CRV, 2021.

NAKANO, Tatiane de Cássia. Dupla excepcionalidade: compreensões iniciais sobre o conceito. In. ROAMA-ALVES, Rauni Jandé; NAKANO, Tatiana de Cássia. (Org.) **Dupla excepcionalidade:** altas habilidades/superdotação nos transtornos neuropsiquiátricos e deficiências. São Paulo: Vetor Editora, 2021.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; INÁCIO, Amanda Lays Monteiro; SCHELINI, Patrícia Waltz; Hazin, Izabel. Dupla excepcionalidade e transtornos de ansiedade. In: ROAMA-ALVES Rauni Jandé; NAKANO, Tatiana de Cássia. (Org.). **Dupla Excepcionalidade:** Altas habilidades/superdotação nos transtornos neuropsiquiátricos e deficiências. São Paulo: Vetor Editora, 2021.

PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera; FREITAS, Soraia Napoleão. **Manual de identificação de Altas Habilidades/Superdotação**. Guarapuava: Apprehendere, 2016.

PEREIRA, Josilene Domingues Santos; RANGNI, Rosemeire de Araújo. Dupla excepcionalidade: definição e evidências da produção científica brasileira. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 10, n. 1, p. 41-58, Jan.-Jun., 2023. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/13899. Acesso em: 14 set. 2025.

RENZULLI, Joseph Salvator. The three-ring conception of giftedness: a developmental model for creative productivity. In: RENZULLI, Joseph Salvator; REIS, S. M.; (Eds.). **The triad reader**. Mansfield Center, Connecticut: Creative Learning Press, 1986.

SOUSA, A. S., OLIVEIRA, G. S., & ALVES, L. H. (2021). **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** Cadernos da FUCAMP, 20(43). https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336.Acesso em: 13 set. 2025.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Porto Alegre: Penso, 2016.

WINNER, Ellen. **Crianças superdotadas:** mitos e realidades. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

E-BOOK - 2025